

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

FERNANDA FREIRE FIGUEIRA

**A Liga Brasileira de Higiene Mental e a Psicologia no Brasil: a história a ser
contada**

Maringá
2014

FERNANDA FREIRE FIGUEIRA

A Liga Brasileira de Higiene Mental e a Psicologia no Brasil: a história a ser contada

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Boarini

Maringá
2014

FERNANDA FREIRE FIGUEIRA

A Liga Brasileira de Higiene Mental e a Psicologia no Brasil: a história a ser contada

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria Lucia Boarini
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Prof^o. Dr^o. Francisco Teixeira Portugal
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal
Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em:
Local da defesa:

Dedico esta dissertação à minha mãe, Ariclê, que sempre acreditou e me apoiou em todas as minhas escolhas.

Ao meu filho, João Pedro, que desde o início da sua vida esteve ao meu lado nessa árdua caminhada.

À minha orientadora que me instigou a desenvolver este estudo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, especialmente, à Professora Dra. Maria Lucia Boarini, a confiança que depositou neste trabalho, a dedicação e a atenção com a qual me orientou durante esta caminhada e por compartilhar comigo seu riquíssimo conhecimento e experiência que, certamente, seguirão comigo por toda a vida.

À Professora Dra. Regina Helena de Freitas Campos, as importantíssimas contribuições para este estudo durante a etapa de Qualificação.

À Professora Dra. Zaira Fátima de Rezende Gonzales Leal, a pronta disponibilidade, interesse em fazer parte desta banca e por suas fundamentais contribuições.

Ao Professor Dr. Francisco Teixeira Portugal, a participação nesta banca e a oportunidade de dividir conosco seu amplo conhecimento.

Aos demais professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UEM, que, sempre dedicados em suas tarefas, tornaram possível a conclusão deste trabalho.

Aos colegas do mestrado especialmente, à minha amiga e parceira, Lucivani Zanella, com a qual pude trocar experiências e multiplicar o aprendizado.

Ao meu marido, que ao seu modo, sempre me apoiou e incentivou na conquista desse sonho.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

“Nadamos no passado como peixe na água, e não podemos fugir disso. Mas nossas maneiras de viver e de nos mover nesse meio requerem análise e discussão.”

(Hobsbawm, 2010, p.35)

A Liga Brasileira de Higiene Mental e a Psicologia no Brasil: a história a ser contada

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo investigar a influência do movimento de higiene mental na construção da psicologia no Brasil, enquanto ciência, na primeira metade do século XX. Esse período é marcado pelo processo de industrialização, pelo aumento populacional nos centros urbanos e especialmente pelos surtos epidêmicos, altas taxas de mortalidade, dentre outros problemas. Diante disso, medidas de ordem sanitária começam a ser implementadas pelo movimento higienista. No entanto, não havia preocupação somente com o saneamento das cidades e a saúde física da população, parte dos higienistas acreditava que o progresso do país dependia de mentes sadias e não só da erradicação das epidemias. Nesse contexto, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), propõe alternativas de cuidado à saúde mental, principalmente de caráter profilático. A LBHM atuou em diversos campos sociais e se utilizou, além de outras áreas, especialmente dos conhecimentos da psicologia na concretização de suas ações. Embora a psicologia tenha sido destaque dentro da Liga Brasileira de Higiene Mental no Brasil, as pesquisas em história da psicologia, fazem breve menção a sua relação com o movimento de higiene mental, sendo este um tema pouco explorado, que entendemos, justifica este estudo. Como a LBHM atuou em diversos contextos sociais e levando em conta a natureza deste estudo, delimitamos para investigação o campo da educação escolar, espaço que foi privilegiado pelos higienistas que atuavam na vertente da higiene mental, e especificamente três integrantes da LBHM que voltaram seus esforços para área da educação e são considerados personagens de repercussão importante na história da Psicologia no Brasil. São eles: Manoel Bomfim; Plínio Olinto e Maurício de Medeiros. A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, orientada pela concepção histórica em que os fenômenos são compreendidos a partir das relações sociais estabelecidas em determinado contexto histórico. Para tanto, foram priorizadas fontes primárias, ou seja, parte das obras dos higienistas definidos para este estudo, a literatura produzida pela LBHM e demais produções e documentos da época pertinentes a esta pesquisa. Dos autores nomeados para este estudo, selecionamos as obras que em seu conteúdo abordassem a psicologia; conhecimentos psicológicos; educação e higiene mental. Buscamos por meio de excertos, resgatar os conhecimentos psicológicos utilizados nas ações em prol da higiene mental, especialmente no âmbito da educação escolar, e como esses contribuíram para

a construção da psicologia no Brasil. Como resultado, constatamos que os conhecimentos psicológicos foram considerados básicos no processo educativo para a difusão do ideário da LBHM e conseqüente progresso da nação. Portanto, as histórias da psicologia no Brasil e da Liga Brasileira de Higiene Mental podem ser consideradas histórias de uma mesma história.

Palavras-chave: história da psicologia no Brasil. Liga Brasileira de Higiene Mental. Educação escolar. Manoel Bomfim. Plínio Olinto. Maurício de Medeiros.

The Brazilian League of Mental Hygiene and the Psychology in Brazil: a history to be told

ABSTRACT

The present study had as the purpose to investigate the influence of the movement of mental hygiene in the construction of the psychology in Brazil, as a science, in the first half of the 20th century. That period was marked by the industrialization process, by the population increase in the urban centers and especially for the epidemic outbreaks, high rate of mortality, among other problems. In the face of that, measures of sanitary order began to be implemented by the hygienist movement. However, there was concern not only with the sanitation of the cities and the physical health of the population, but part of the hygienists believed that the progress of the country depended on healthy minds and not only on the eradication of the epidemics. In that context, the Brazilian League of Mental Hygiene (BLMH) proposes alternative measures to the mental health care, mainly of prophylactic character. The BLMH acted in several social fields and it made use of, besides other areas, especially of the knowledge of the psychology in the materialization of its actions. Although the psychology had been distinguished inside the Brazilian League of Mental Hygiene in Brazil, researches in history of psychology, briefly mentions its relationship with the movement of mental hygiene. For being this a theme little explored, we understood it justifies this study. As BLMH acted in several social contexts and taking into account the nature of this study, we delimited for investigation the field of school education, a space that was privileged by the hygienists that acted in the subject of mental hygiene, and specifically three members of BLMH that directed their efforts to education and are considered important in the history of Psychology in Brazil. They are: Manoel Bomfim; Plínio Olinto and Maurício de Medeiros. The present research is characterized as a bibliographical and documental research guided by the historical conception in which the phenomena are understood starting from the social relationships established in certain historical context. For that, primary sources were prioritized, that is, part of the work of the hygienists delimited for this study, the literature produced by the BLMH and other productions and documents of the time pertinent to this research. From the nominated authors for this study we selected the works that in its content approached the psychology; psychological knowledge; education and mental hygiene. We searched through excerpts, to rescue the psychological knowledge used in the actions on behalf of mental hygiene, especially in the ambit of the school education, and how they

contributed to the construction of the psychology in Brazil. As a result we observed that the psychological knowledge was considered basic in the educational process for the diffusion of the ideas of the BLMH and consequent progress of the nation. Therefore, the histories: of the psychology in Brazil and of the Brazilian League of Mental Hygiene can be considered histories of a same history.

Keywords: history of the psychology in Brazil. Brazilian League of Mental Hygiene. School education. Manoel Bomfim. Plínio Olinto. Maurício de Medeiros.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1:** Laboratório de psicologia na Escola Normal Secundária de São Paulo, em 1914.....11
- Figura 2:** Laboratório de psicologia na Escola de aperfeiçoamento de Belo Horizonte em 1930.....11

SUMÁRIO

1 OS (DES)ENCONTROS DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL COM A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL	12
2 A LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL: o capítulo esquecido da história da psicologia no Brasil	24
2.1 A infância e a escola: campos férteis para difusão do ideário higienista	35
2.2 A higiene mental na infância: a educação escolar como uma via	36
2.2.1. Os entrelaces entre a LBHM , a educação escolar e a Escola Nova.....	39
3 MANOEL BOMFIM, PLÍNIO OLINTO, MAURÍCIO DE MEDEIROS: o encontro entre a higiene mental e a psicologia através da educação	46
3.1 Os diversos encontros entre a higiene mental e a psicologia	50
3.2 Psicologia, higiene mental e pedagogia “de mãos dadas”	58
4 O LUGAR DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL	65
REFERÊNCIAS	68



Figura 1 – Laboratório de psicologia na Escola Normal Secundária de São Paulo, em 1914
 Fonte: CRP-SP



Figura 2 – Laboratório de psicologia na Escola de aperfeiçoamento de Belo Horizonte em 1930.

Fonte: Acervo Antipoff

Há, certamente, neles, um critério seguro de interpretação, mas em caso nenhum, o julgador pode ser assimilado à peneira que mecanicamente separa o *torto* do *redondo*. O teste vem eliminar o que é meramente subjetivo, no julgamento das provas comuns. É um critério de valor objetivo, nitidamente expressivo, sem que por isso, deva ser considerado um valor bruto, análogo a troncos que se medem, calhoas que se contam. Se o teste é uma prova de inteligência, ele tem que ser apreciado inteligentemente.

(Bomfim, 1928, p.50)

1 OS (DES)ENCONTROS DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL COM A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL

“A base científica da higiene mental é a psicologia, da mesma forma que a fisiologia é o fundamento da saúde física”.

(Fontenelle, 1925, p.2)

A psicologia, como profissão reconhecida no Brasil, completou 50 anos em 2012. Este marco se dá com a aprovação da Lei nº 4119 de 1962, que regulamentou a profissão de psicólogo e os cursos de formação em psicologia. No entanto, a sua história e o seu desenvolvimento iniciam-se, no Brasil, desde o período colonial, caracterizado pelo início da difusão das ideias psicológicas (Massimi, 1990). Desde então, a psicologia no Brasil percorreu um caminho lento e gradual, um processo que se deu a partir das exigências sociais e da própria construção dos saberes psicológicos (Furtado, 2012).

Antunes (2004) afirma que o ensino da história da psicologia, nos cursos de graduação em psicologia, aborda fundamentalmente a história das ideias psicológicas que se desenvolveram na Europa e Estados Unidos no final do século XIX. Segundo a autora, diversos profissionais se formaram sem ter nenhuma referência ao processo histórico da psicologia em seu próprio país. Portanto, a trajetória inicial da psicologia, enquanto ciência e prática no Brasil, os motivos que a fizeram desenvolver-se e o momento histórico que o país vivenciava, ainda são aspectos que ficam em segundo plano e não alcançam notoriedade.

O final do século XIX e início do século XX, no Brasil, é o período em que a psicologia vivencia seu processo de autonomização. Anteriormente a esse período, pode-se falar em saberes psicológicos, mas não se pode dizer propriamente de psicologia, pois as ideias psicológicas eram tratadas no interior de outras áreas do conhecimento (Antunes, 2012). A mesma autora ressalta que a psicologia:

gradativamente conquista a condição de área específica de conhecimento e, mais tarde e como consequência, a de campo de intervenção prática. Esse processo foi determinado por fatores de ordem interna, como a necessidade de mais conhecimento acerca do fenômeno psicológico ainda no interior de outras áreas de saber ou campos de natureza prática (como a Medicina e a Educação) e, por outro lado, pela conquista do estatuto de Psicologia como ciência autônoma na Europa e nos Estados Unidos, assim como fatores de ordem externa, como as transformações da sociedade brasileira e seus velhos e novos problemas, que demandavam, por sua vez, o

aprofundamento e a produção de novos conhecimentos, assim como novas modalidades e possibilidades de ação (Antunes, 2012, p.53).

O Brasil, nesse período, passa por diversas transformações sociais, dentre elas a industrialização, a expansão das cidades, o aumento populacional decorrente da vinda da população do campo para cidade e também do processo imigratório. Essas transformações geram consequências que passam a ser motivo de grande preocupação na época. A insalubridade dos centros urbanos, os surtos epidêmicos, o alto índice de mortalidade, principalmente nas grandes áreas de concentração urbana, como o Rio de Janeiro e São Paulo, provocaram a discussão acerca da necessidade de desenvolver uma política de saúde pública voltada para a higienização, ou seja, ações que visassem especialmente o saneamento das cidades, o cuidado com a higiene do corpo, alimentação adequada, entre outros. Segundo Basbaum (1976), no Brasil, as medidas de urbanização eram praticamente inexistentes no século XIX. Nesse período, o higienismo sanitário defendia a saúde pública e o ensino de novos hábitos à população brasileira, voltando seus esforços para amenizar a insalubridade das grandes cidades a qual acarretava a propagação de epidemias e mortes.

O índice de mortalidade no início do século XX foi de 31,3%, sendo 45,7 % das mortes ocasionadas por doenças infecciosas e parasitárias (Buchalla, Waldman & Laurenti, 2003). Por conta desta situação, diversas medidas sanitárias foram implementadas. Vale destacar a atuação de Oswaldo Cruz (1872-1917), sanitarista, que no governo de Pereira Passos (1902-1906), é incumbido de realizar uma grande reforma urbana privilegiando o saneamento, o alargamento das ruas e avenidas e o embelezamento do Rio de Janeiro (Sevcenko, 1998).

Para tanto, a população moradora dos cortiços e casarões antigos foi expulsa, tendo que ir para periferia e/ou pagar altíssimos aluguéis, provocando muito descontentamento. Além disso, em 1904 é aprovada a lei da obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, desencadeando a conhecida Revolta da Vacina, que ia além do desconhecimento sobre os benefícios da vacina (Sevcenko, 1998). Após a “revolta” a vacinação passa a não ser obrigatória. Porém, anos mais tarde, um novo surto epidêmico atinge a Capital da República e ocasiona a morte de cerca de 9 mil pessoas (Galvão, 1989). Nesse novo período de surto, Oswaldo Cruz começa a conquistar o reconhecimento de suas ações.

Basbaum (1976) afirma que, embora a vacinação obrigatória tenha sido vista com desconfiança e suscitado “revolta”, anos mais tarde, “passou a exigir-se atestado de vacina para o exercício de quase todas as atividades. Ninguém podia viajar, matricular-se nas escolas

públicas ou particulares, nos colégios ou universidades, ou sequer obter emprego público sem o atestado de vacina” (p. 125-126).

Além da vacinação, outras medidas sanitárias, como a limpeza das ruas e esgotos, foram sendo implementadas, possibilitando o desenvolvimento de uma política de saúde pública (Bertolli Filho, 1996).

Nesse sentido, é possível perceber que os problemas relacionados à saúde física e à organização ambiental causavam preocupações. Além disso, pensando no desenvolvimento da nação brasileira, a saúde mental¹ também passou a ocupar lugar de destaque, pois se acreditava que o progresso do país dependia de mentes sadias e não só da erradicação das epidemias (Wanderbroock, 2009).

A partir desse contexto, a Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM)², apresentou-se como um movimento que buscava alternativas para o cuidado da saúde mental. Seus principais objetivos eram a prevenção e o tratamento das “doenças nervosas e mentais” e a realização de um programa de “higiene mental e eugénica³ no domínio das atividades individual, escolar, profissional e social” (Caldas, 1930, p.71). Lopes (1925b, p. 151) também aponta o grande objetivo da LBHM: “realizar na vida social um programa de higiene mental e de eugénica, que melhore o nível da saúde mental coletiva”.

Olinto (1930, p.162) compreendia a higiene mental da seguinte maneira: “Cumpre portanto, pesquisar e impedir os fatores da degeneração mental e através da eugenia⁴, da puericultura⁵, da educação, atingir a um estado de relativa saúde do corpo e do espírito na legítima realização da higiene mental.” Outro excerto que reforça o objetivo da higiene mental é extraído da obra de Olinto (1936, p.276): “Com o objetivo de manter um equilíbrio

¹ O termo saúde mental era pouco usual no século XX, se referindo tão somente à saúde da mente. Ao longo do texto, adotamos este termo para representar a preocupação dos higienistas com as “doenças mentais e nervosas” e respectiva profilaxia.

² Detalhes sobre essa associação são tratados no capítulo 2, da presente dissertação.

³ Deriva do termo **eugenia**, criado em 1883, por Francis Galton (1822-1911), que tendo como base os estudos de Darwin (1809-1882), buscava o melhoramento da raça humana, tanto no âmbito físico como mental, das futuras gerações.

⁴ Detalhes sobre esse movimento são tratados na página 20, da presente dissertação.

⁵ “Puericultura visa a proteção do novo ser, da fase anterior a sua concepção até os extremos da idade escolar, no limiar da adolescência. Toma a seu cuidado a vida e a saúde das crianças, começando por vigiar a higidez dos que vão gerá-las, acompanhando-lhes, depois, no ventre materno ou já nascidas, o desenvolvimento normal e protegendo-as, por fim, contra os malefícios do ambiente físico e social.” (Oliveira, 1966, p.258)

psíquico relativo, uma saúde mental compatível com a saúde corporal, a higiene mental estende seu campo de ação abrangendo todas as manifestações da atividade humana”.

Dentre os principais problemas existentes na época, podemos citar como exemplos a doença mental, o alcoolismo, a delinquência, a ausência de hábitos sadios, entre outros. Essa afirmação pode ser constatada na visão de Olinto (1930, p.39) “E se refletimos que um tal tratamento é tão proveitoso ao indivíduo, como à família e como à humanidade, concluiremos que por ele seremos capazes de diminuir a criminalidade, a delinquência e a dependência.” Quando o autor se refere a tratamento, seria o cuidado à saúde mental do indivíduo.

O autor ainda afirma: “A higiene mental, por suas várias atividades, pretende impedir a muitos outros sua entrada nas prisões, nas agências de caridade, nas casas de penhores, nos albergues noturnos, nas escolas correcionais e até no próprio fôro.” (Olinto, 1936, p. 280). Nestes termos, Silva (2003) afirma que os higienistas que compunham a LBHM, a partir das condições sociais, econômicas e políticas do início do século XX, entendiam a higiene mental como uma tentativa de amenizar os problemas decorrentes da sociedade brasileira em transformação.

Para tanto, os membros da LBHM utilizaram-se do saber de diversas áreas do conhecimento como da psicanálise, da educação física, e especialmente da **psicologia**, para a promoção da higiene mental. A psicologia passa a ser requisitada a avaliar as atividades mentais através da psicometria e observação clínica, atuando em diversos campos sociais, como espaço escolar, laboratórios e clínicas de psicologia, todos voltados para ideia de desenvolver um homem que estivesse apto a contribuir com o desenvolvimento da nação.

É interessante frisar que a LBHM, no início do século XX, estava em plena atividade, recorrendo e valorizando, em suas ações, a psicologia como “ferramenta” importante. Como exemplo, podemos citar Braga (1931, p.3): “As pesquisas psicológicas, seguindo linhas experimentais anteriormente lançadas, estão dando à educação um magnífico aparelhamento para aferir a capacidade mental, verificar o rendimento dos processos didáticos e avaliar os resultados obtidos”.

De acordo com Sagawa (1992), em exemplo mais recente, temos o médico higienista, Durval Marcondes, integrante da Liga Paulista de Higiene Mental que em depoimento relata:

Então, eu resolvi criar o serviço de higiene mental escolar que ficou concretizado na Seção de Higiene Mental do Serviço de Saúde Escolar de São Paulo. Criei então equipes clínicas multi-disciplinares nas quais, além do médico psiquiatra, havia

outros profissionais. **Precisava também do psicólogo.** (...). Mas aqui não havia curso para formação profissional de psicólogos. A Universidade de São Paulo ignorava a existência deste profissional. (...). Assim, nós criamos oficialmente os primeiros cargos de psicólogos no Brasil. E só muito mais tarde é que a Universidade acordou para o assunto. (Sagawa, 1992, p.92, grifo nosso)

No entanto, as pesquisas em história da psicologia fazem breve menção à relação da mesma com o movimento de higiene mental. Apesar das evidências da valorização da psicologia pelos higienistas, é possível observar que em muitos trabalhos sobre a história da psicologia no Brasil são citados diversos personagens que contribuíram para a construção dessa área conhecimento, no entanto, não há referência ao fato de muitos deles serem membros da Liga Brasileira de Higiene Mental.

Em busca realizada nos bancos de dados virtuais de pesquisa, como Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, Portal de Periódicos da CAPES, Portal FIOCRUZ, Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia, e considerando que não foi realizada uma busca exaustiva, encontramos somente uma pesquisa de iniciação científica específica sobre a introdução da psicologia no país através do movimento de higiene mental, a qual gerou um artigo intitulado “A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil” (Mansaneira & Silva, 2000). A referida pesquisa caracteriza-se por uma breve investigação sobre a participação da psicologia no interior do movimento de higiene mental através do levantamento dos principais e mais frequentes temas abordados nos *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* (ABHM), publicados pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM). Essa pesquisa também derivou um capítulo de livro intitulado “A contribuição da higiene mental para o desenvolvimento da psicologia no Brasil” (Silva, 2003).

Tanto essas produções, como também a presente dissertação, fazem parte do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e Eugenia (GEPHE) da Universidade Estadual de Maringá. O referido grupo objetiva principalmente pesquisar o ideário da higiene mental e da eugenia, significativamente presentes no início do século XX no Brasil, e seus desdobramentos, especialmente nos campos da saúde e da educação (GEPHE, 2000).

Embora não tenham sido encontradas outras publicações que relacionam a construção da psicologia no Brasil ao movimento de higiene mental, foi possível verificar nos bancos de dados virtuais já citados, diversas pesquisas que exploram a história da psicologia no país sob variados enfoques. Como exemplo, podemos citar alguns artigos derivados dessas pesquisas: “História da psicologia no Brasil: uma narrativa por meio do seu ensino” (Jacó-

Vilela, 2012), “Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições” (Antunes, 2012), “A psicologia dos jesuítas: uma contribuição à história das ideias psicológicas” (Massimi, 2001), entre outras.

Jacó-Vilela, em entrevista concedida a Pereira & Marcellos (2011), afirma que as pesquisas em história da psicologia no Brasil se ampliaram ao longo dos tempos e que seu desenvolvimento é recente, visto que, no início dos anos 90, eram quase que inexistentes as investigações sobre essa temática. Em 1996 é criado o Grupo de Trabalho sobre história da psicologia da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia), o qual tem por objetivo: “a promoção do desenvolvimento da pesquisa e do ensino da história da psicologia, o intercâmbio científico e acadêmico entre os pesquisadores do Brasil e do exterior, a realização de trabalhos conjuntos, a divulgação da pesquisa na área, e a preparação de material didático para cursos de graduação em psicologia” (ANPEPP, 2012).

Este grupo de trabalho conta, entre outras, com duas importantes publicações, as quais foram produzidas em parceria com o Conselho Federal de Psicologia: “Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil” (Campos, 2001), o qual foi elaborado como forma de registrar a contribuição de profissionais, pensadores e pesquisadores da área de psicologia no país, no período anterior ao reconhecimento da psicologia como profissão, em 1962; e o “Dicionário Histórico das Instituições da Psicologia no Brasil” (Jacó-Vilela, 2011), o qual registra estabelecimentos, associações, organizações criadas até 1980, e que continham sinais de pioneirismo como formação de pessoal, publicações e criação de novos campos de atuação.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por sua vez, se dedica, dentre outras atividades, a reconstituir a história da psicologia no Brasil e está envolvido também em outras pesquisas na área. O projeto “Memórias da Psicologia Brasileira”, uma parceria entre o CFP e a ANPEPP, tem produzido materiais importantes, como os já citados, que visam resgatar o desenvolvimento da psicologia no Brasil. Como também tem apoiado e contribuído com outras publicações como as coleções: “Pioneiros da Psicologia Brasileira” e “Clássicos da Psicologia Brasileira”, entre outras.

Humberto Verona (2011), presidente do Conselho Federal de Psicologia, no período 2010 a 2013, afirma que o CFP investe na pesquisa histórica e publicações sobre o tema no intuito de “contribuir para a **superação das lacunas** de materiais que registrem e analisem o caminho percorrido pela psicologia no Brasil” (p. 13, grifo nosso).

Algumas instituições e periódicos também estão envolvidos em estudos sobre a história da psicologia no Brasil, dentre eles, podemos destacar: o Núcleo de Estudo em História da psicologia da PUC-SP, criado em 1983, que objetiva reunir pesquisadores e

responder por disciplinas obrigatórias de história da psicologia em programas de pós-graduação da PUC-SP; o Clio-Psyché da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, criado em 1998, que desenvolve projetos e promove eventos que tratam, sob variados enfoques, da história dos saberes e práticas psicológicas no Brasil; o Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff, da Universidade Federal de Minas Gerais, que objetiva preservar a memória e divulgar a obra de Helena Antipoff; o MuseuPsi – Museu Virtual da Psicologia no Brasil, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o qual objetiva disponibilizar livros, documentos de valor histórico e estudos historiográficos sobre a história da psicologia no Brasil; a revista eletrônica Memorandum (UFMG/USP-RP) a qual se caracteriza como um espaço de debate sobre memória e história em psicologia. Esse breve panorama do cenário de pesquisa em história da psicologia no Brasil demonstra que vem crescendo o interesse pela temática e que é vasto o campo de conhecimento que ainda necessita ser explorado.

Para Antunes (2004), há relevantes pesquisas de iniciação científica, mestrado e doutorado sobre essa temática. No entanto, Jacó-Vilela (2012) entende que ainda são poucos os autores que se dedicam à pesquisa sobre a história da psicologia. Acrescentamos, ainda, o fato de que estudos que relacionam o movimento higiene mental com a construção da psicologia no Brasil são praticamente ausentes.

Duas grandes produções já citadas: “Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil (Campos, 2001) e o “Dicionário Histórico das Instituições da Psicologia no Brasil” (Jacó-Vilela, 2011), fazem referência ao movimento de higiene mental, no entanto, não relacionam, diretamente, a contribuição da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) à construção da psicologia no Brasil. Nos dois dicionários são citados vários membros da LBHM, como Antônio Rodrigues Lima Austragésilo, Manoel José do Bomfim, Maurício Campos de Medeiros, Arthur Moncorvo Filho, Juliano Moreira, Plínio Olinto, Antonio Carlos Pacheco e Silva, Afrânio Peixoto, Ulisses Pernambucano, Gustavo Riedel e outros. Em alguns verbetes referentes a esses personagens há citação da LBHM e outros não há referência alguma de que o personagem era integrante desse movimento. A LBHM é apenas mencionada como dado informativo.

Compreende-se que os dicionários não têm a finalidade de aprofundar temáticas, mas de fato são guias que possibilitam novos estudos e instigam novas pesquisas, o que justifica a afirmação de Verona (2011) sobre as lacunas ainda presentes na história da psicologia no Brasil.

Em geral, é possível afirmar que a contribuição do movimento de higiene mental para o desenvolvimento da psicologia no Brasil é um tema pouco explorado. Essa constatação

desperta e provoca em nós o interesse em compreender como de fato o movimento de higiene mental influenciou a construção da psicologia no Brasil.

Diante do exposto, o presente estudo tem por objetivo investigar a influência do movimento de higiene mental na construção da psicologia, enquanto ciência, na primeira metade do século XX, no Brasil.

Tendo em vista a vasta contribuição desse movimento aos diversos campos de atuação da psicologia, a presente pesquisa focou a investigação no campo da educação, especificamente a educação escolar, na primeira metade do século XX.

Plínio Olinto (1936), membro participante da Liga Brasileira de Higiene Mental, aponta que é na educação que se funda todo o trabalho da higiene mental: “É na educação que se aplicam os preceitos de normalização dos hábitos que por si só constituem as bases da verdadeira higiene mental” (p. 284). “a higiene mental de mãos dadas com a Educação, facilita os ajustamentos entre o indivíduo e o meio”, aponta o autor (p. 277).

A preocupação da LBHM com a educação focava, principalmente, a infância. Para Moncorvo Filho (1926b), através da educação seria possível imprimir, na criança, o “bom carácter, as inclinações, os gostos, as noções de limpeza, etc, permitindo-lhe tornar-se um individuo tão perfeito quanto possível” (p.902). O mesmo autor ainda afirmava que a criança era “cera mole” e não havendo influências negativas “seu débil corpo adquirira facilmente o desejado vigor, suas nascentes faculdades se desenvolverão, sem obstáculos, segundo leis biológicas conhecidas” (Moncorvo Filho, 1926b, p. 902).

Campos (2005) considera que a aproximação entre a medicina e a educação, que muito contribuiu para a constituição da psicologia no Brasil, se deu principalmente pelo movimento de higiene mental.

Devido ao grande enfoque que a LBHM deu às ações no âmbito da educação escolar e como o presente estudo não visa esgotar o tema proposto, serão recuperados as propostas de três integrantes da LBHM que voltaram seus esforços para área da educação e são considerados, de acordo com Penna (1992), personagens de repercussão importante na história da psicologia no Brasil: Manoel Bomfim; Plínio Olinto e Maurício de Medeiros.

Penna (1992) em seu texto intitulado “História da Psicologia no Rio de Janeiro” dá grande ênfase a estes autores e os denomina como “psicólogos-educadores”. Embora o autor faça um resgate histórico relacionando a produção dos autores com recortes da realidade que se apresentava na época, tal como os demais estudos já citados, não trata da participação desses personagens enquanto integrante da LBHM. Todavia os mesmos fizeram parte oficialmente da Liga Brasileira de Higiene Mental ocupando os seguintes cargos conforme o

Estatuto da LBHM datado de 1925 (LBHM, 1925a) e a revisão do Estatuto datada de 1928 (LBHM, 1928): Manoel Bomfim: “Secção de Deficiência Mental” (LBHM, 1925a) e Presidente da “Secção – Psicologia Aplicada e Psicanálise” (LBHM, 1928); Plínio Olinto: Presidente da “Comissão Executiva Central” (LBHM, 1925a), “Secção de Deficiência Mental” (LBHM, 1925a) e “Secção – Psicologia Aplicada e Psicanálise” (LBHM, 1928); Maurício de Medeiros: Vice – presidente “Comissão Executiva Central” e “Secção de Medicina Legal, Indigência e Vadiagem” (LBHM, 1925a), “Secção de Medicina Legal e Prevenção da Delinquência” (LBHM, 1928).

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo a pesquisa bibliográfica definida como uma modalidade de estudo e análise de produções científicas como livros, periódicos, dicionários, artigos científicos e a pesquisa documental como busca de informações em materiais que não receberam tratamento científico como jornais, relatórios, fotografias, revistas (Oliveira, 2008), ou seja, a partir da análise das produções de integrantes da LBHM e outros documentos da época, buscamos explicitar como os conhecimentos da psicologia foram utilizados pela LBHM e como esse processo contribuiu para o desenvolvimento e consolidação deste campo de conhecimento no Brasil.

A lente teórica, sob a qual estamos nos orientando, se baseia em uma concepção histórica em que os fenômenos são compreendidos a partir das relações sociais estabelecidas em determinado contexto histórico. Estas relações contribuem para a análise dos fenômenos sociais, revelam parte de como a sociedade produziu as transformações econômicas, políticas, sobretudo, tecnológicas e científicas necessárias à compreensão da construção da psicologia no Brasil. Ressalta-se que o método de pesquisa descrito permite problematizar e questionar a realidade para além das suas representações. Netto (2006) discute a questão de aparência e essência e pontua que na perspectiva do método materialista histórico, para captar a aparência não é necessário pesquisar, no entanto ela não pode ser descartada, é preciso partir da materialidade para:

localizar processos que remetem a novos dados, que remetem a novos processos e que, portanto, permite, numa viagem regressiva, num caminho de volta, retomar aquela mesma fatualidade que foi o ponto de partida inicial e encontrar nela, retirando a sua processualidade, os traços que a particularizam. (Netto, 2006, p. 59).

Para tanto, foram priorizadas fontes primárias, as quais são registros que revelam a realidade da época em que foram produzidas, ou seja, permite-nos voltar ao passado para compreender o presente.

O passado não é o que “não é mais”; ao contrário, ele é o que há de mais sólido na estrutura do tempo. O passado é a existência conhecível; somente como “tendo sido” o vivido humano se dá ao conhecimento. O passado não seria uma queda no nada, mas, ao contrário, uma passagem ao ser: ele é a consolidação do ser no tempo, é duração realizada. Ele não é o que “não é mais”, mas o que “foi e ainda é” (Reis, 2006, p. 25).

Neste sentido, consultamos, além de parte das obras dos higienistas definidos para este estudo, a literatura produzida pela LBHM e demais produções e documentos da época pertinentes a esta pesquisa.

Dos autores nomeados para este estudo selecionamos as obras que em seu conteúdo abordassem a psicologia; conhecimentos psicológicos; educação e higiene mental. Dessa forma, elegemos as seguintes produções:

- **Lições de Pedagogia** (Bomfim, 1915/1926): publicada originalmente em 1915, é caracterizada por Manoel Bomfim, em seu prefácio, como um resumo de suas lições no curso de Pedagogia, da Escola Normal.

- **Noções de Psicologia** (Bomfim, 1916/1928): publicada originalmente em 1916, a obra compreende um minucioso exame das funções psíquicas que, para Manoel Bomfim, são fundamentais ao educador que estuda psicologia com vistas à educação. Na primeira sessão, é abordado “As condições gerais da vida psíquica”; na segunda sessão, é abordada a “Inteligência”; na terceira sessão, é abordado o conceito de “Vontade” e ao final do livro há dois apêndices: “Caracterização dos anormais escolares” e “Análise da fadiga e estafa”.

- **Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem** (Bomfim, 1923/2006): foi publicada originalmente em 1923 e reeditada pela Editora Casa do Psicólogo e Conselho Federal de Psicologia, em 2006, fruto do projeto “Memórias da Psicologia Brasileira” sendo essa obra parte da coleção “Clássicos da Psicologia Brasileira”. Este livro foi uma das últimas produções de Manoel Bomfim e busca elucidar conceitos como a linguagem, pensamento e símbolos, constructos fundamentais da ciência psicológica. A obra está dividida em duas partes, a primeira trata dos símbolos discutindo sua função e como se dá o processo de simbolização e a segunda parte discute o símbolo na linguagem.

- **O Método dos Testes** (Bomfim, 1928): caracteriza-se por uma obra que trata da utilização dos testes para avaliação do processo de ensino na instrução primária. É dividido em duas seções: “os testes nas verificações de ensino” e “a realização dos testes”.

- **Psicologia** (Olinto, 1936): a obra caracteriza-se por um minucioso estudo dos processos psicológicos e está dividida em trinta e seis capítulos. Nos últimos capítulos aborda especificamente a Higiene Mental.

- **Introdução à Psiquiatria** (1930): a obra se refere a variados assuntos relativos à psiquiatria como especialidade médica, aborda também a importância do conhecimento dos aspectos psicológicos para psiquiatria, além de abordar algumas questões que relacionam psicologia, psiquiatria e higiene mental.

- **Psicoterapia - Conceito Atual - Teoria e Prática** (Medeiros, 1933): obra elaborada a partir de sua experiência clínica e trata sobre o conceito de psicoterapia na teoria e na prática. Compreende quatro capítulos: “Definição”, “Origem da psicoterapia”; “Domínio orgânico do psiquismo”; “Sistematização psicológica dos métodos psicoterápicos”.

- **Aspectos da Psicologia Infantil** (Medeiros, 1952): a obra é composta por nove capítulos que abordam: “Aspectos da psicologia infantil”; “O mundo imaginário das crianças”; “evolução psicológica da infância e desajustamentos infantis”; “O exame psíquico em clínica geral”; “O que é medicina psicossomática?”; “Gênese e evolução da psiquiatria”; “Os milagres da Psiquiatria Moderna”; “Neuroses e psicoses do climatério feminino”; “Psiquiatria e Direito”.

- **No Mundo do Ensino** (Medeiros, 1953): nessa obra Maurício de Medeiros reúne toda sua experiência como professor universitário, principalmente ministrando aulas de “Clínica Psiquiátrica”. Esse livro está dividido em treze capítulos.

- **Métodos em Psicologia** (Medeiros, 1907): tese de “doutoramento” de Maurício de Medeiros.

- **Inconsciente Diabólico** (Medeiros, 1959): a obra reúne uma série de textos decorrentes de conferências, palestras, homenagens, discursos proferidos por Maurício de Medeiros no decorrer da sua carreira. Aborda questões como prostituição, imigração, alcoolismo, dentre outras.

Ao analisar as produções de Manoel Bomfim, Plínio Olinto e Maurício de Medeiros buscamos, através de seleção de excertos, identificar a fundamentação teórica que embasa esses autores em seus estudos; verificar suas propostas e justificativas e a relevância das mesmas diante o cenário nacional da época; resgatar os conhecimentos de psicologia

utilizados nas ações em prol da higiene mental, especialmente no âmbito da educação escolar, e como esses contribuíram para a construção da psicologia no Brasil.

Este estudo foi organizado, além da introdução e considerações finais, em dois capítulos. Um, intitulado “A Liga Brasileira de Higiene Mental: o capítulo esquecido da história da psicologia no Brasil”, apresenta o movimento de higiene mental e suas ações no campo da educação e o outro capítulo, intitulado “Manoel Bomfim, Plínio Olinto e Maurício de Medeiros: o encontro entre a psicologia e higiene mental através da educação”, resgata como a psicologia foi valorizada pelos higienistas selecionados para este estudo e o quanto os conhecimentos psicológicos serviram de base para a concretização das propostas da Liga Brasileira de Higiene Mental em prol do desenvolvimento do Brasil.

Pretendemos, com essa pesquisa, contribuir com os demais estudos já existentes sobre a história da psicologia no Brasil; ampliar os estudos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Higienismo e o Eugenismo (GEPHE, 2000) da Universidade Estadual de Maringá e suscitar um pensar crítico e contextualizado sobre o desenvolvimento da psicologia no país, no sentido de compreender as práticas psicológicas em seu caráter histórico.

2 A LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL: o capítulo esquecido da história da psicologia no Brasil

“A higiene mental que se propôs a preferir sobre todas as coisas, os interesses da humanidade, deu agora o seu verdadeiro primeiro passo para a organização política do mundo, como o determinaram os problemas impostos pelo estado social de hoje. (...) Higienistas, eugenistas, educadores e psiquiatras **preocupados com a obra da mentalidade dos continentes**, irão realizar todos através das Ligas de Higiene Mental, a mais bela obra de profilaxia, procurando conservar ao homem suas qualidades superiores de espírito e de coração.”

(Riedel, 1930, p.197, grifo nosso)

Para situar a Liga Brasileira de Higiene Mental é importante resgatar o desenvolvimento do higienismo e da higiene mental no Brasil, bem como as propostas que buscavam a melhoria das condições de vida da população brasileira, visando o desenvolvimento da nação.

O higienismo, no Brasil, data de meados do século XIX e estava relacionado especialmente ao sanitarismo, que difundia propostas para o controle de epidemias; para amenização da insalubridade, organização e limpeza dos centros urbanos; entre outras.

Essas medidas de ordem sanitária se faziam necessárias, visto as diversas transformações sociais que ocorreram no Brasil principalmente após a abolição dos escravos, a Proclamação da República, o início do processo de industrialização, crescimento do comércio, a migração do campo para a cidade, a imigração estrangeira e consequente inchaço populacional na área urbana. Todo esse cenário desencadeou problemas de ordem social, dentre eles, podemos citar o número significativo de greves de trabalhadores, especialmente entre 1917 e 1920 (Fausto, 2007).

O autor destaca a greve de 1917, a qual abrangeu grande parte da classe trabalhadora de São Paulo, cerca de 50 mil pessoas. Fausto (2007, p.300) descreve que “os trabalhadores não pretendiam revolucionar a sociedade, mas melhorar suas condições de vida e conquistar um mínimo de direitos”. Dentre as principais reivindicações estavam o aumento de salário, proibição do trabalho de menores de 14 anos, abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de 18 anos, jornada de oito horas de trabalho, garantia de emprego (Fausto, 2007). Havia também problemas de ordem sanitária, entre outros.

Embora a estrutura social do Brasil estivesse em transformação, não havia investimento em urbanismo e nem em saneamento básico para atender ao grande contingente

humano. Lima Barreto (2000) descreve a situação da infraestrutura no Rio de Janeiro no início do século XX:

Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima (...) O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá (...) Não há água, ou, onde há, é ainda nos lugarejos do Distrito Federal que o governo federal caridosamente supre em algumas bicas públicas; não há esgotos; não há médicos, não há farmácias. Ainda dentro do Rio de Janeiro, há algumas estradas construídas pela prefeitura, que se podem considerar como tal; mas, logo que se chega ao Estado, tudo falta, nem nada há embrionário. Os córregos são em geral vales de lama pútrida, que, quando chegam as grandes chuvas se transformam em torrentes, a arregar os mais nauseabundos detritos (Lima Barreto, 2000, p. 66-67).

Tal narrativa pode ser constatada na descrição de Basbaum (1976, p. 124): “era o Rio uma cidade de ruas tortas, estreitas e mal calçadas, traçadas ao acaso por entre os vales, que em épocas de chuvosas se transformavam em lamaçais com as águas que desciam do morro. Não tinha esgoto, a luz de gás, precária, fazia das ruas lugares perigosos à noite.”

Em meio a essa realidade, a incidência de epidemias se tornou um problema de saúde pública e era preciso solucioná-lo rapidamente. A intervenção sanitária era necessária para controlar as doenças que ameaçavam a organização da sociedade brasileira. Nesse período, as epidemias de febre amarela e varíola atingiram de forma intensa a população brasileira (Barata, 2000). Os higienistas sanitários, em sua maioria médicos, atuaram intensamente nas áreas urbanas recomendando a limpeza de ruas, praças, esgotos, desobstrução de morros para permitir a circulação de ar e tornar as cidades mais organizadas e limpas (Ferreira, 1999).

Os investimentos não foram somente área urbana, desenvolveram ações também em outras cidades do país, tais como Manaus, Belém e Recife (Basbaum, 1976). Os higienistas sanitários se tornaram aliados do governo, pois suas ações transcendiam os cuidados físicos e propiciavam o desenvolvimento industrial do país.

Vale destacar que a concepção de higiene transcende a simples prática de limpeza. “No campo do conhecimento humano ela se transformou em higiologia. No terreno dos

movimentos sociais, transformou-se em higienismo. Em ambos os casos, transformou-se em ideário” (Wanderbroock, 2009, pp. 21-22). Oliveira (1966, p.22) afirma que a higiene estende “sua ação a toda atividade física, intelectual e moral do homem.” Com o desenvolver dos conhecimentos sobre a higiene, esta se ocupou dos cuidados em diversas esferas do desenvolvimento humano como a “higiene da espécie” antes do nascimento, “higiene infantil” em relação às crianças, “higiene escolar”, “higiene no trabalho”, “higiene corporal”, “higiene alimentar”, “higiene urbana e sanitária”, “higiene profilática” e outras (Oliveira, 1966).

Os higienistas entendiam que a “ordem”, o “progresso”, a “civilização” e a “nação” dependiam de uma organização sanitária para se desenvolver. Oliveira (1966, p.23) aponta a importância da higiene para o desenvolvimento econômico e social do Brasil: “De fato, o homem é um capital de trabalho. Doente é um capital imobilizado, sem aplicação, antes estorvo ou ameaça a coletividade; morto, é um capital perdido. Cumpre a higiene valorizar o material humano, tornando cada indivíduo uma parcela útil, capaz de concorrer para o aperfeiçoamento da humanidade.”

No entanto, não bastava a preocupação com a higiene voltada ao cuidado com a saúde física, era preciso se preocupar também com a saúde mental. O noticiário publicado pela LBHM⁶, apresenta um discurso de Fontenelle, integrante da LBHM, proferido no 2º Congresso Brasileiro de Higiene em 1924, que aponta a necessidade de atenção a **higiene mental**:

O peso que exercem as deficiências e degenerações psíquicas sobre a coletividade, quer como encargos financeiros, quer representando avultada soma de infelicidade e sofrimento humano. O problema deve preocupar os profissionais sanitários, para que sejam devidamente encaradas as suas possibilidades de realização, dentro do programa de saúde pública. (LBHM, 1925b, p.193)

Dessa forma, o progresso da “nação” não dependia somente da erradicação das epidemias mas também de mentes sadias.

As doenças mentais já eram uma preocupação desde o século XIX e o atendimento ao doente mental foi reconhecido desde 1852 com a criação do primeiro hospital psiquiátrico chamado inicialmente Hospício D. Pedro II, e posteriormente intitulado Hospital Nacional dos

⁶ Anteriormente ao 2º Congresso Brasileiro de Higiene, em 1924, a questão da higiene mental estava sendo discutida principalmente entre os “especialistas em neurologia e em alienística” (LBHM, 1925b, p. 193)

Alienados. Após a Proclamação da República, a direção da instituição, que era realizada por religiosos, passa a ser de tutela do Estado. Em 1903, os cuidados ao doente mental avançaram com a promulgação da Lei de Assistência aos Alienados. No entanto, somente em 1927 é que houve a materialização da Lei com a criação do Serviço de Assistência aos doentes mentais do Distrito Federal, com objetivo de coordenar administrativamente as instituições psiquiátricas, sendo esse serviço incorporado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930 (Wanderbroock, 2009).

Nesse período, a loucura estava sendo encarada como uma perturbação da ordem social e um obstáculo ao crescimento econômico. Costa (1989, p.69) descreve: “os doentes mentais que habitavam o Rio de Janeiro não se beneficiavam de nenhuma assistência médica específica”. Quando não eram colocados nas prisões por vagabundagem ou perturbação da ordem pública, os loucos perambulavam pelas ruas ou eram encarcerados nas celas especiais dos hospitais da Santa Casa de Misericórdia.

Tendo em vista esta situação, Caldas (1930, p.69) afirma que o Brasil foi pioneiro em relação ao desenvolvimento de um trabalho direcionado à Higiene Mental. O autor também cita Juliano Moreira, médico higienista, que em 1906, discutia a ideia de Higiene Mental profilática e também Ernani Lopes em 1916, que defendia o tratamento de doentes mentais em hospital comum, sem a necessidade de internação em manicômios. Mais tarde, este tratamento será visto com reserva, pelo fato de que alguns higienistas, influenciados pelo movimento em prol da eugenia, acreditaram que a loucura era transmitida geneticamente, sendo recomendável o tratamento em “serviços abertos”, se os pacientes fossem esterilizados (Lopes, 1933).

Tendo em vista esta afirmação, cabe um pequeno recorte sobre o movimento em prol da eugenia no Brasil e sua relação com a LBHM, pois houve uma articulação importante entre esses dois movimentos. Lopes (1930, p.93), durante o II Congresso Brasileiro de Higiene ocorrido em 1924, afirma sobre o combate ao alcoolismo: “eu creio firmemente [que] haveremos de ser conduzidos a esse ideal magnífico pela mão da higiene e da eugenia (...). Veja-se que quadro elegeu a higiene mental – da qual é a eugenia um capítulo”.

O movimento em prol da eugenia no Brasil tem Renato Kehl como seu principal defensor. Este define a eugenia como:

sinônimo de eugenesia e eugênica. Tem por fim a melhoria progressiva da espécie, pelo fomento da ‘boa geração’, pela ‘procriação hígida’ consistindo, em suma, no enobrecimento físico e mental do homem. (...)’ como ciência, tem por objeto a

investigação da herança biológica; como arte, tem por escopo a bôa procriação.” (Kehl, 1935, p.15)

Em 1917, Renato Kehl, divulga a importância e o valor que deveria ser dado à eugenia:

Cumpre-lhe fazer ecoar por este grandioso Brasil as vozes que na Europa e América já foram ouvidas; cumpre-lhe, como disse Roosevelt, ‘dar combate ao assassinato da raça’. Saneiem-se os focos epidêmicos, debelem-se as endemias que assolam a nossa pátria de norte a sul, façamos repercutir as idéias eugênicas de Galton, multipliquem-se os cultores da ciência do bem geral, dessa grandiosa edificação protetora das raças do futuro. Sirva-nos de incentivo a propaganda eugênica dos Estados Unidos, façamos conhecidos os trabalhos dos ilustres cientistas alemães, Plotz e Gruber; elevemos os méritos da eugenia; pratiquemos as suas regras para o revigoreamento da população brasileira. (...) Prossigamos, pois, na cruzada encetada, divulguemos os princípios eugênicos, e os veremos triunfar. (Kehl, 1919)

De acordo com Silva (2008, p.11):

Os eugenistas tinham como preocupação a doença mental; o contágio de doenças sexuais (enfermidades transmissíveis); o “malefício” do cruzamento de raças, o controle da natalidade, o alcoolismo, a imigração; a educação, entre outras. Discutiam os problemas relacionados às moléstias que assolavam o Brasil, como a febre amarela, a sífilis, a tuberculose, a lepra, o cólera considerados problemas de saúde pública. Os eugenistas apresentavam propostas e soluções para o controle dessas doenças que fragilizavam a saúde dos brasileiros naquele período.

A mesma autora aponta que, ao longo do tempo, a eugenia foi ganhando espaço no cenário brasileiro, culminando, em 1918, com a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo. De acordo com Souza (2006, p. 36), na sessão inaugural da Sociedade, Kehl destacou que “o estudo e a aplicação do conhecimento eugênico seria o meio mais rápido e eficiente para “moldar o plástico organismo humano”, protegendo “as gerações futuras da delinqüência” e encurtando “as arestas da imperfeição””.

Souza (2006, p.39) afirma que o movimento em prol da eugenia ganhou cada vez mais adeptos e se intensificou com a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, a qual entendia que a “eugenia apresentava-se como uma ferramenta científica importante para combater as degenerações oriundas das “perturbações mentais”.

Plínio Olinto e Maurício de Medeiros, nas obras analisadas neste estudo, compartilham de alguns princípios da eugenia, no entanto, Manoel Bomfim, e outros higienistas, não compartilhavam desse ideário. De acordo com Boarini e Yamamoto (2004) para alguns higienistas “não era hegemônico o pensar a sociedade com a lente teórica das ciências naturais. Inquietava-lhes os problemas de ordem social e as explicações que eram oferecidas para resolvê-los.” Francisco Portugal (2010), estudioso de Manoel Bomfim, afirma que este higienista se opunha às “teorias racistas”, ao “branqueamento da raça”, propostas de caráter eugênico. Gontijo (2003, p 149) destaca:

Bomfim discordava das explicações vigentes sobre o atraso do país. (...) razões do atraso: a fatalidade do passado colonial e os determinismos naturais – traduzidos pelo meio (...) e pela raça. Bomfim, no entanto, seguiu outro caminho ao privilegiar os conteúdos históricos. Na concepção deste “pensador da história”, os problemas sociais, os “males” da nação brasileira originaram-se das relações históricas que aqui se desenvolveram e cuja compreensão só poderia ser alcançada pelo conhecimento da história.

Portanto, frisamos que a higiene mental e a eugênia tiveram uma relação intrínseca, chegando a fazer parte do Estatuto da LBHM de 1925 a 1928, porém, não era um pensamento hegemônico no interior da LBHM.

Retomando a questão das ações em relação à saúde mental no início do século XX, Gustavo Riedel, em 1920, organiza o Instituto de Profilaxia de Doenças Mentais e Nervosas, o qual visava a prevenção das doenças mentais, a prática de objetivos eugenéticos e prestação de atendimento médico de qualidade à população pobre do Rio de Janeiro (Lopes, 1925a). Caldas (1930) afirma que em 1920 a Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal incluía em suas ações um programa de higiene mental por influência de Juliano Moreira.

Olinto (1930, p.4) relata: “A assistência aos psicopatas, alienados ou não, tem tomado feição muito simpática, nestes últimos tempos, nos meios mais civilizados, porque ela se tem

dirigido cuidadosamente aos fronteiriços da loucura e pretende dar lugar, num futuro não remoto, à ação da Higiene Mental”.

Posteriormente, este autor descreve que “Na América do Norte a higiene mental surgiu dentro dos hospícios, atravessou as prisões, espalhou-se pelas escolas, penetrou nos quartéis, agiu nas oficinas e hoje, no mundo inteiro, acolhe a todos a que ela recorrem” (Olinto, 1936, p.276) e afirma que as ações de higiene mental foram recebidas com muito entusiasmo no Brasil: “Começamos por aprofundar as investigações sobre a causa da loucura, tratamos de estudar os temperamentos dos indivíduos predispostos. Fundou-se a Liga Brasileira de Higiene Mental e instalou-se, no Engenho de Dentro, o primeiro serviço de Profilaxia das Doenças Nervosas e Mentais.” (Olinto, 1936, p.276).

A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) foi criada em 1923, pelo médico Gustavo Riedel, o qual, após participar de um congresso latino americano, por influência de Clifford Beers⁷, fundou a primeira associação de Medicina Social, que foi denominada Liga Brasileira de Higiene Mental. Em 1923, pelo Decreto nº 4.778 (1923) a LBHM é reconhecida como de utilidade pública pelo Governo Federal.

A LBHM era composta por médicos, juristas, educadores, jornalistas, intelectuais, políticos e etc. Seus membros faziam parte da elite brasileira, sendo muitos deles políglotas. Os integrantes da LBHM participaram de muitos eventos internacionais com apresentação de trabalhos, levando três membros do Conselho de Administração da Liga a participarem como membros associados da Sociedade Francesa de Psicologia, sendo eles **Plínio Olinto**, F. Esposel e Ernani Lopes (LBHM, 1925b, p.202)

A LBHM era uma entidade civil que era mantida através da contribuição de filantropos e por uma subvenção federal. Após 1925, foi mantida principalmente pela arrecadação advinda de anúncios veiculados pelos *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, os quais tinham como objetivo difundir as ações e os ideários da LBHM (Fontenelle, 1925).

De acordo com o Estatuto da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM, 1925a), muitos dos seus integrantes eram políticos e ocupavam cargos no governo. Constavam como membros honorários: Presidente da República – Dr. Arthur Bernardes, Ministro das Relações Exteriores – Dr. Felix Pacheco, Ministro do Interior e Justiça – Dr. Affonso Penna Júnior, Ministro do Supremo Tribunal Federal – Dr. Pires e Albuquerque, Senadores – Conde de

⁷ Clifford Beers (1876-1943), através da sua experiência como paciente de um hospital psiquiátrico, cria o primeiro Comitê para Higiene Mental nos Estados Unidos da América, o qual tinha por objetivo promover campanhas para melhoria dos estabelecimentos de assistência psiquiátrica (Boarini, 2012a).

Frontin e Dr. Sampaio Corrêa, Representantes do Funcionalismo Público, Representantes da Indústria e Comércio, entre outros.

A sede da Liga Brasileira de Higiene Mental era no Rio de Janeiro, mas se ramificou para diversas regiões do Brasil. Foram criadas, por exemplo: a Liga Paulista de Higiene Mental, a Liga Rio-Grandense de Higiene Mental e a Liga Pernambucana de Higiene Mental (Reis, 1997).

Conforme o Estatuto da Liga Brasileira de Higiene Mental seus objetivos eram:

a) prevenção das doenças nervosas e mentais pela observância dos princípios da higiene geral e especial do sistema nervoso; b) proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentais passíveis de internação; c) melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentais em asilos públicos, particulares ou fora deles; d) realização de um programa de Higiene Mental e de Eugénética no domínio das atividades individual, escolar, profissional e social (LBHM, 1925a, p.223).

A forma como esses objetivos seriam alcançados também eram previstos no Estatuto:

a) Atuar junto aos poderes públicos federais, estaduais e municipais, sugerindo medidas e obtendo realizações; b) propagar as modernas ideias sobre profilaxia mental; c) estudar todos os problemas relativos à higiene do sistema nervoso; d) publicar periodicamente os seus trabalhos em revista por ela mantida; e) promover a realização de Congressos de Higiene Mental e de Eugénética; f) manter relações com associações congêneres nacionais e estrangeiras; g) instalar em sua sede social, uma biblioteca relativa à higiene mental e ciências afins, franqueando-a a todos os interessados (LBHM, 1925a, p. 223-224)

Para tanto a LBHM organizou sua estrutura da seguinte forma:

1) Dispensários e egressos dos manicômios; 2) Deficiência mental; 3) Serviços sociais e legislação; 4) Delinquência; 5) Educação e trabalho; 6) Ensino neuro-psiquiátrico; 7) Seção militar; 8) Propaganda e publicações; 9) Puericultura e higiene infantil; 10) Medicina em suas relações com o sistema nervoso; 11) Cirurgia em suas relações com o sistema nervoso; 12) Medicina legal, indigência e vadiagem (Lopes, 1925b, p. 158)

De acordo com Lopes (1925b), a LBHM procurou atuar junto aos poderes públicos federais, estaduais e municipais. Estreitaram relações com a imprensa, meios médicos, militares, educacionais, industriais e outras organizações sociais.

No intuito de reunir as diversas organizações nacionais e internacionais para delinear as ações de Higiene Mental, em 1930, foi realizado o 1º Congresso Internacional de Higiene Mental. Sobre o congresso Riedel (1930, p.197) afirma:

A higiene mental que se propôs a preferir sobre todas as coisas, os interesses da humanidade, deu agora o seu verdadeiro primeiro passo para a organização política do mundo, como o determinaram os problemas impostos pelo estado social de hoje. (...) Higienistas, eugenistas, educadores e psiquiatras **preocupados com a obra da mentalidade dos continentes**, irão realizar todos através das Ligas de Higiene Mental, a mais bela obra de profilaxia, procurando conservar ao homem suas qualidades superiores de espírito e de coração. (grifo nosso).

Tanto o Estatuto da LBHM, bem como em algumas produções de alguns de seus membros é destacada a questão da profilaxia. Olinto (1936, p.277) descreve que:

A Profilaxia Mental é um ramo da Higiene Mental que pode crescer tanto como ela própria. A Profilaxia Mental está incumbida de evitar a loucura, **a higiene mental, de mãos dadas com a Educação, facilita os ajustamentos entre o indivíduo e o meio**, a Psiquiatria trata as psicoses e assiste aos psicopatas. Desejando limitar as atribuições pode-se dizer que a Profilaxia Mental se preocupa mais com problemas sociais ao passo que a Higiene Mental visa principalmente os problemas individuais (grifo nosso).

Fontenelle (1925, p.1) aponta também que a higiene mental tem duas modalidades de ação: “uma, tendo em vista o trabalho defensivo contra as causas de degeneração psíquica, é a *profilaxia mental*; outra, procurando preparar o equilíbrio de adaptação entre a mentalidade individual e o meio físico e social, é a *higiene mental* propriamente dita.”

Lopes (1944) descreve que a higiene mental constitui um dos mais importantes setores da medicina preventiva, visto que promove condições favoráveis e propícias para a conservação da saúde do espírito. E também afirma que não existe campo de atividade

humana em que ela não possa penetrar. Olinto (1936) afirma que a psiquiatria, a biologia, a psicologia, a eugenia, a sociologia e a profilaxia mental, são as bases da higiene mental.

De acordo com Caldas (1932), cabe à higiene mental manter o “ajustamento das funções psíquicas individuais” ao meio social, ou vice-versa, evitando “desequilíbrios e desajustamentos”, possíveis causas das doenças mentais.

Olinto (1941) enfatiza que os problemas da higiene mental são resultantes de questões de adaptação, de aprendizagem e de ajustamento social. Ele acreditava que os serviços de higiene mental não produziram efeitos se fossem restritos a instituições de assistência a psicopatas ou se limitassem a tratamento de anormais.

Era preciso encontrar uma forma de conter as doenças mentais. Medeiros (1959), em uma conferência⁸ sobre o problema da imigração, descreve como estava a situação da loucura e da assistência aos doentes mentais:

Nossos manicômios, colônia de alienados, casas de saúde para insanos mentais vivem em superlotação crescente. Ao assumir a direção do Instituto Psiquiatria da Universidade do Brasil, para uma lotação teoricamente ideal de 80 doentes – encontrei 186 internados. As duas colônias – de homens e de mulheres – já excederam de muito a sua capacidade. O Hospital Pedro II – no Engenho de Dentro – para agudos – está superlotado. A despesa da União com os doentes mentais se eleva a centenas de milhares de contos. E o seu número crescente, passando cada vez mais fortemente em nosso orçamento, diminui evidentemente a eficiência da assistência que o Estado lhes pode dar, a despeito do zelo, da competência, da capacidade técnica do pessoal do Serviço Nacional de Doenças Mentais. (p. 158)

Nesse sentido, a higiene mental previa ações em diversos campos sociais: na família, na escola, no trabalho, na vida militar, no domínio da criminologia, entre outros.

Olinto descreve a grande preocupação que existia com o desenvolvimento industrial e econômico presente no início do século XX e a importância das ações em higiene mental:

⁸ Conferência realizada em 1947 e publicada na obra “Inconsciente diabólico” em 1959.

Winslow prevê que o mundo inteiro se lançaria na loucura se não se produzisse uma transformação radical em nossa maneira de viver. Mas a reação felizmente, já se vem fazendo, brilhante e vitoriosa. No momento atual, em que a atenção dos povos civilizados está voltada para o valor comercial do homem, trata-se de obter o máximo de aproveitamento da capacidade de trabalho de cada um, mormente nas grandes cidades, onde é maior a luta pela vida e onde se começam a exigir de todos, homens e mulheres, esforços que se iniciam com a tenra idade e que se abandonam quando os pesos dos anos não nos permite mais tal atividade. E, nesta época, a grande preocupação de todos os povos em obter do indivíduo o máximo de rendimento com o mínimo de fadiga, poupando ao mesmo tempo os gastos de seu organismo. Os que prestam atenção à própria saúde, por si, pelos seus, procurarão na higiene os meios de que dispõe ela a fim de lhes garantir uma existência saudável e proveitosa (Olinto, 1936, p. 281)

O autor ainda afirma:

É necessário salientar que, se uma grave lesão de um ou de alguns órgãos pode ser compatível com uma vida profissional quase normal, um leve distúrbio mental conduz à diminuição ou à parada da atividade produtora. **É, pois, principalmente, sobre a higiene mental que devemos fixar a nossa atenção. E ela deve ser iniciada pelos normais.** (Olinto, 1930, p.25, grifo nosso).

Para tanto, Olinto (1930, p.28, grifo nosso) aponta que: “É na educação que se resume todo o trabalho de profilaxia mental que se tente organizar. **É na educação que se encontram os mais eficazes preceitos de normalização dos hábitos que constituem por si só as bases da verdadeira higiene mental**”.

Na presente dissertação, como já justificado anteriormente, o foco de atenção é nas ações no campo da educação e é nesse sentido que aprofundaremos a discussão sobre a atuação da LBHM no espaço escolar.

2.1 A infância e a escola: campos férteis para difusão do ideário higienista

“fornecer à criança educada a possibilidade de se desenvolver de modo a atingir o máximo da durável **felicidade pessoal e utilidade social.**”

(Radecki, 1925, p. 20, grifo nosso).

A preocupação dos higienistas com a educação escolar e o objetivo de prevenção das ações desenvolvidas pela LBHM, elegia a infância como um período privilegiado para se realizar a educação higiênica, pois acreditavam ser o melhor momento para conter possíveis desvios que acarretariam problemas futuros à sociedade.

Medeiros (1953) apresenta um texto de sua autoria, publicado em 1947 que afirma:

Porque o homem de hoje é a criança de ontem. A **psicologia** nos ensina, que, na instalação dos hábitos mentais da criança, na correção de sua afetividade, na intensidade maior ou menor da sua vida emocional, nesse período em que se ensaiam os primeiros passos de sua experiência mental - é que estão os mais fortes e decisivos elementos da formação da futura personalidade. (p. 49).

A valorização da infância é destacada por Moncorvo Filho (1931, p. 35) que afirma “um país que cuida da sua infância, que cerca o berço de seus filhos do carinho, do zelo e da assistência, que prepara os seus cidadãos para o porvir, é um país feliz, é uma pátria que se impõe aos olhos do mundo civilizado.”

Moncorvo Filho (1926a) em sua obra “Histórico da Proteção à Infância no Brasil - (1500-1922)” descreve como, ao longo do tempo, a criança foi assistida no âmbito da saúde, da educação, da justiça, entre outros. É interessante frisar que no final do século XIX até meados do século XX as condições a qual se encontrava a criança era motivo de muita preocupação, como descreveu o autor:

Quantas crianças temos nós encontrado, isoladas ou em malta, seminuas, sórdidas, maltrapilhas.... – acoradas ou deitadas, durante o dia, no limiar das casas particulares?... a dormirem, à noite, nas escadarias dos edifícios públicos, ou nos canos destinados à rede de esgoto dos materiais fecais, que o descuro administrativo deixa abandonado semanas, meses e até anos à superfície do solo? (...). Quantas crianças

temos nós encontrado a fumarem com desembaraço que só o habito confere?
(Moncorvo Filho, 1926a, p.130)

Além disso, Moncorvo Filho (1926a, p.159) aponta que o índice de mortalidade na infância ganhou proporções preocupantes: “Revelam estatísticas fidedignas que, em 40 anos, faleceram entre nós 486.197 indivíduos, dos quais 118.429, isto é, cerca de um quarto, eram crianças de cinco a sete anos!”

Na busca de solução para o problema, Moncorvo Filho funda uma das primeiras instituições de amparo à criança: Instituto de Proteção e Assistência à infância do Rio de Janeiro - IPAI, em 1899, o qual buscava atender a infância desamparada: “crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas de nossa capital” (Moncorvo Filho, 1926a, p. 142). O IPAI privilegiava o atendimento a crianças menores de oito anos e objetivava lutar por leis que garantissem assistência ao recém-nascido e às gestantes; regulamentar os serviços das amas-de-leite; inspecionar o trabalho das crianças nas fábricas, instalar a inspeção médica escolar; combater a mendicância, disseminar as noções de higiene infantil e promover a criação de maternidades e creches (Moncorvo Filho, 1926a).

Zaniani (2008) pontua que, embora tantos esforços tivessem sido empreendidos em prol da infância, a mortalidade, o abandono, os maus tratos e a miséria eram crescentes. Somente a higiene sanitária não era suficiente para modificar a realidade da época, para os higienistas integrantes da LBHM, era preciso investir na “higienização da mente”, ressalta a autora. Ressalta-se que a Liga Brasileira de Higiene Mental tinha como uma de suas seções de estudo a “Seção de Puericultura e Higiene Infantil”, da qual Moncorvo Filho era vice-presidente.

2.2 A higiene mental na infância: a educação escolar como uma via

“É na educação que se resume todo o trabalho de profilaxia mental que se tente organizar. **É na educação que se encontram os mais eficazes preceitos de normalização dos hábitos que constituem por si só as bases da verdadeira higiene mental.**”

(Olinto, 1930, p.28).

A infância, para Moncorvo Filho, era a idade de ouro e necessitava de um cuidado específico em cada estágio, para tanto, a influência do meio deveria ser controlada e se possível minimizada (Zaniani, 2008). Medeiros (1952, p. 78) aponta que: “evidentemente,

fator considerável é o hereditário, porque ele assegura essa fase orgânica do desenvolvimento mental. Mas não é o único. E neste particular que se pode tanto esperar da ação educativa do ambiente. A ação do meio é, por vezes, de valor tão grande, senão maior, que a do fator hereditário.”

A educação seria uma forma de controle, como afirma Olinto (1934, p. 122): “a melhor profilaxia, a melhor eugenia, resume-se em educar”.

Os higienistas acreditavam que para desenvolver uma nação saudável era necessário desenvolver primeiramente hábitos sadios nas crianças e isso poderia se dar através da educação.

Pondo de lado os fatores físicos que podem perturbar a formação e o desenvolvimento da boa estrutura mental ou psíquica, desejo insistir, agora, com mais minúcias, neste pequeno trabalho, sobre o problema educativo de preparar a adaptação perfeita do adulto futuro, pela criação de bons hábitos mentais. O problema pertence aos que se enquadram na ação mais útil da higiene moderna, que visa automatizar as boas normas de conduta, para assegurar, desse modo, a saúde (Fontenelle, 1925, p. 3).

Em 1926, no Terceiro Congresso de Higiene em São Paulo, o tema central foi a “formação de hábitos sadios nas crianças”. Nos Anais do congresso, vários higienistas proferiram palestras, entre eles, Moncorvo Filho (1926b), o qual enfatizou a importância da educação para formação de bons hábitos.

Na obra, “Lições de Pedagogia”, de autoria de Manoel Bomfim (1915/1926), é possível verificar o valor atribuído à higiene, quando o autor discute a questão da educação higiênica, como conteúdo obrigatório na instrução pública, principalmente na instrução pública primária. Essa educação higiênica seria, a princípio, uma imposição de hábitos e estes estavam relacionados à questão da higiene física e ambiental, como a alimentação, a habitação, o vestuário, a importância da luz, circulação do ar, água potável, para prevenção das doenças contagiosas, entre outros. Para tanto, o autor preocupava-se com a metodologia que deveria ser empregada em seu ensino, sendo necessário em alguns momentos, dependendo da capacidade de compreensão da criança, apenas como uma imposição de regras.

Almeida Júnior (1926) vislumbra, em sua conferência no Terceiro Congresso de Higiene, os benefícios que traria a educação higiênica propagada nas escolas:

imagine-se o esplêndido resultado quando as 400 mil crianças das nossas escolas estiverem sob o influxo demorado da higiene: serão outros tantos propagandistas das normas sanitárias e, sem dúvida, indivíduos sadios que, no futuro, pouca despesa darão ao Estado, para curá-los do amarelão, da maleita, da sífilis, ou livrá-los da tuberculose e da lepra (1926, p. 822)

Sendo assim, a noção de higiene foi implantada no âmbito escolar e denominada higiene escolar, a qual “vem a ser: o conjunto de regras e indicações que presidem a vida escolar, quanto à defesa da saúde.” (Bomfim, 1915/1926, p. 58). Regras essas relacionadas à localização e ambiente da classe, organização do material escolar (altura e largura dos bancos, encosto dos bancos, altura e largura das carteiras) distribuição de horários, entre outras. Bomfim (1915/1926) apresenta tabelas com medidas adequadas de bancos e cadeiras para melhor acomodação dos alunos, tempo de duração das aulas e das lições, de acordo com a idade e séries escolares, por exemplo, no intuito de proporcionar ao aluno condições adequadas de aprendizagem.

Nesse sentido, a escola é, para o higienistas, um campo rico para disseminação do ideal da higiene mental. Oliveira (1966) afirma que “sendo a escola uma força social e sabendo-se que o escolar aí passa grande parcela do seu tempo, justamente durante a fase em que seu organismo sofre profundas modificações, na esfera física como na intelectual e na moral, compreender-se-á o valor do estudo da higiene mental.” (p.174).

Para os higienistas, a educação era vista por dois ângulos: como caminho para o desenvolvimento do país, mas também uma preocupação. Miguel Couto (1927) em sua conferência intitulada “No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo” aponta esse paralelo.

A situação da educação no Brasil estava marcada por altas taxas de analfabetismo, baixa frequência escolar, entre outras. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o índice de analfabetismo era de 65% em 1900, e este se manteve até 1920 (INEP, 2003). Freitas (1933) descreve que dos 8 milhões de crianças em idade escolar, apenas 58% se achavam matriculados nas escolas e o índice de frequência dessas crianças atingia apenas 68%. Do total de matriculados, apenas 5,8% concluíam o ensino fundamental.

A precária situação da educação brasileira, as transformações no cenário político, econômico e social do Brasil e a crença dos higienistas na educação como progresso, fazia a LBHM defender uma educação que fosse de caráter obrigatório (Bomfim, 1915/1926).

2.2.1. Os entrelaces entre a LBHM , a educação escolar e a Escola Nova

Eu creio, mesmo, que, se não fosse querer demais, deveríamos tratar não apenas de combater a mortalidade, mas de defender ativamente a vida infantil, o que não é propriamente a mesma coisa. Creio que não se deve apenas acautelar a vida, da morte, mas afirmar a vida para que se desenvolva totalmente.

(Meireles, 2001, p.218)

Na década de 1920, período que emergiam as propostas higienistas, chega ao Brasil outro movimento que teve grande repercussão nacional, a Escola Nova. Essa proposta visava a transformação da “velha pedagogia” propondo aos educadores:

as novas descobertas em pedagogia, que deveriam ser solidamente apoiadas nos conhecimentos da **psicologia** e da sociologia – (...). Era preciso basear as decisões sobre método e processos educativos em conhecimentos científicos, positivos, estabelecidos mediante procedimentos empiricamente verificáveis.” (Campos; Assis & Lourenço, 2002, p.19, grifo nosso)

A Escola Nova tinha como nome de maior expressão, Lourenço Filho, considerado também um importante personagem da psicologia no Brasil. Em 1930, Lourenço Filho lança o livro “Introdução ao estudo da Escola Nova”, o qual conta com diversas reedições, devido à importância que foi dada a ele na formação de educadores e psicólogos (Campos; Assis & Lourenço (2002). As mesmas autoras afirmam que o movimento da Escola Nova é “identificado por sua crítica à escola clássica, intelectualista, cujo ensino se organiza em função da transmissão de conteúdos por meio da palavra e da memória.” (Campos; Assis & Lourenço (2002, p.16-17). Azevedo (2010, p.49) afirma que a Escola Nova é uma “reação contra as tendências exclusivamente passivas, intelectualistas e verbalistas da escola tradicional.”

Campos, Assis & Lourenço (2002, p.16-17) descrevem que a Escola Nova é reconhecida pela “proposição de um ensino funcional, que busque respeitar a liberdade e a individualidade do indivíduo, fornecendo-lhe progressivamente os meios de adaptação à sociedade, vista em fase de intensas transformações.” Além disso, também descrevem que na década de 1920:

os escolanovistas brasileiros viam as escolas como agências socializadoras destinadas a adaptar grandes parcelas da população a uma sociedade em mudança. Esta versão científica do escolanovismo continha um ingrediente político: era preciso utilizar as técnicas de modificação do comportamento sugeridas pela nascente psicologia científica para adaptar a população ao processo de modernização do país, produzindo assim a força de trabalho requerida para esse processo. (Campos; Assis & Lourenço (2002, p.38).

A Escola Nova deu grande ênfase aos conhecimentos psicológicos na construção de suas propostas. De acordo com Lourenço Filho (2002), a psicologia, valorizada pela Escola Nova, contribuíra para renovação escolar principalmente através da “descrição das variações psicológicas de acordo com a idade”, da “caracterização objetivas das similaridades humanas e das diferenças individuais” da “construção de um modelo genético-funcional” para explicação dos fenômenos psicológicos.

O movimento escolanovista focava sua atenção no desenvolvimento da criança, a qual necessitava ser avaliada no intuito de verificar o grau de maturidade e prontidão para aprendizagem, ou seja, acreditava-se que o desenvolvimento era condição para a aprendizagem (Mota & Cunha, 2007). Além disso, a classificação das crianças, conforme seu grau de desenvolvimento, possibilitaria a formação de classes homogêneas para o melhor rendimento do ensino (Mota & Cunha, 2007). As mesmas autoras afirmam: “Na concepção escolanovista, portanto, o papel do professor é secundário; o centro do processo passa a ser a criança, cuja atividade espontânea e os estímulos do ambiente levariam à aprendizagem.” (Mota & Cunha, 2007, p.20)

A Escola Nova trouxe consigo uma forte demanda pelo saber psicológico, considerado como uma das ciências base da educação. Lourenço Filho (2002, p. 114) demonstra, portanto, a importância atribuída à psicologia:

Quais quer que sejam as concepções filosóficas e sociais da educação, ou qualquer que seja a visão dos fins possíveis ou julgados possíveis na formação humana, um denominador comum existe: é o de que podemos alterar, fazer variar ou *modificar o comportamento e a experiência do educando*, no sentido de objetivos que tenhamos úteis, justos e necessários. Cabendo a psicologia, e não a outro ramo de estudos, a investigação de tais problemas.

Em 1930, no governo Vargas, anuncia-se algumas medidas que visam a modernização e expansão da educação no Brasil e após a Conferência Nacional de Educação, em 1931, é elaborado pelos escolanovistas, em 1932, o *Manifesto dos pioneiros da educação nova* escrito por Fernando Azevedo, o qual defendia um plano nacional de educação a ser implementado pelo governo federal (Campos; Assis & Lourenço, 2002).

De acordo com Azevedo (2010), o *Manifesto dos pioneiros da educação nova* propunha a educação como “função essencialmente pública”, estendida a toda população, ou seja, “escola para todos”, pautada nos princípios da “laicidade, gratuidade, e obrigatoriedade”. Havia também, no Manifesto, a preocupação com a formação dos professores.

Na Constituição Federal, publicada em 1934, foram incorporadas algumas ideias do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*: a educação como direito de todos, a educação primária devendo ser gratuita e obrigatória, além do governo federal ser responsável pela determinação de um plano nacional de educação (Campos; Assis & Lourenço, 2002).

Essa breve apresentação do movimento da Escola Nova, permite reconhecermos em que se embasavam as proposta da LBHM relativas à educação escolar. Além disso, alguns higienistas, membros da LBHM, assinam o *Manifesto dos pioneiros da educação nova* de 1932, como Afrânio Peixoto, Roquette-Pinto, Almeida Jr. e J. P. Fontenelle (Azevedo, 2010).

Assim, o movimento da Escola Nova se preocupava com a boa formação dos educadores, para de fato se cumprir os objetivos da “reforma” educacional que se propunha no país. Do mesmo modo, a LBHM, valorizando a educação escolar como uma via importante para difusão do ideário da higiene mental, colocava o professor como um agente fundamental para o alcance dos seus objetivos.

Boarini (2012b) aponta que para tanto caberia ao médico e ao educador a tarefa de cuidar do corpo e modelar as novas mentalidades, ou seja, higienizar a infância. Durante o Terceiro Congresso Brasileiro de Higiene, Almeida Junior (1926) afirma que, sem dúvida, a formação dos educadores é o ponto principal para conquista de hábitos sadios nas crianças. Também descreve que, desde 1921, as escolas normais que formam professores primários têm em seu currículo o ensino da higiene. Os conteúdos relacionados à higiene ministrados aos futuros professores eram:

Ensino teórico: 1º Causas gerais das moléstias; 2º Agentes mórbidos animais e vegetais; 3º Noções sobre imunidade; 4º As moléstias infecto-contagiosas, sob o ponto de vista higiênico; 5º higiene individual: asseio, respiração, alimentação,

exercício; 6º higiene domiciliar, urbana e rural; 7º higiene infantil, pré e pós natal; 8º higiene escolar; 9º Educação higiênica (Almeida Junior, 1926, p.820).

Embora as escolas normais tivessem em seus currículos a formação em higiene, foi preciso, através de cursos e materiais didáticos, difundir os conhecimentos de higiene aos professores já formados em outros regimes de ensino e que estavam nas classes primárias (Almeida Júnior, 1926)

No entanto, somente o conhecimento sobre higiene não alcançaria os objetivos de transmitir valores higiênicos à criança. Radecki⁹ (1925) se preocupava em disseminar esses conhecimentos e fazer com que eles se incorporassem à vida da criança. O autor afirma que o educador deveria conhecer profundamente a criança e os meios de influí-la. De acordo com Wanderbrook (2009), a operação de influência dos ideários higienistas deveria ser precisa, pois estava em jogo o desenvolvimento do país.

Olinto (1936, p.11, grifo nosso) afirmava que “embora a educação propriamente dita, sistemática, seja um complemento da educação instintiva, inconsciente, que se manifesta como uma função fundamental, espontânea, **ao educador compete facilitar e tornar mais suave esse ajustamento entre o indivíduo e o meio.**”

A preocupação pedagógica em como melhor influenciar a criança era a constante da época. Radecki (1925), baseado em seus estudos sobre como o educador poderia melhor influenciar a moral dos seus alunos, aponta a informação, a ordem, o pedido, a persuasão e a sugestão, como formas de influência sobre a criança.

Ao longo do tempo a formação e capacitação do corpo docente se tornou prioridade. Lopes e Stocker (1930, p. 254, grifo nosso), reafirmam: “Tudo mostra, pois, que **a escola deve ser posta em condições de contribuir utilmente para a obra da profilaxia mental.** Isso poderá ser obtido, preparando em primeiro lugar, o professor para essa nova função que lhes incumbe.”

Além da formação em higiene, Fontenelle (1925, p.9) relata que no intuito do “melhoramento da instrução técnica das professoras primárias”, as escolas normais recorriam

⁹ W. Radecki, não foi membro oficial da LBHM, no entanto, como ocupava a direção do Laboratório de Psicologia Experimental da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, foi convidado, em muitos momentos, a colaborar com LBHM devido seu vasto conhecimento.

aos ensinamentos da psicologia e estes eram ministrados por médicos higienistas, dentre eles, podemos citar Manoel Bomfim, Plínio Olinto e Maurício de Medeiros.

Radecki (1925, p.20, grifo nosso) sugeriu que nas escolas os alunos fossem assistidos “não só por médicos escolares que cuidem do lado orgânico das crianças, **como por psicólogos escolares**, para dirigir a observação sistemática, classificar as crianças atrasadas e especialmente adiantadas, investigar o grau de adaptabilidade da criança às profissões futuras, e junto com os pedagogos elaborar os métodos educativos e didáticos.”

Boarini (2012b) descreve que a psicologia serviu de “base científica” para as ações da LBHM no âmbito de ações voltadas à educação escolar. As disciplinas de psicologia nas Escolas Normais, a psicometria, por exemplo, deram à psicologia lugar de destaque na LBHM. Fontenelle (1925, p.2, grifo nosso) afirma: “**A base científica da higiene mental é a psicologia**, da mesma forma que a fisiologia é o fundamento da saúde física, convindo sempre lembrar a interdependência das duas esferas de atividade e as reações de uma sobre a outra.”

A psicologia alicerçava as ações preventivas de higiene mental, sendo a psicometria um dos principais instrumentos do ideário higienista. Para Boarini (2012b, p. 37) “Medir a aptidão do homem para melhor adaptá-lo ao meio e incutir-lhe hábitos sadios gerariam uma conduta moral mais adequada e mais eficaz no tocante à ordem social e esse era um desafio para o Brasil, que debutava na era industrial.”

Esse ideário é que embasava as ações da LBHM na educação escolar. Para tanto, os conhecimentos da psicologia foram amplamente utilizados. Como exemplo, é possível citar a criação de um Laboratório de Psicologia, o qual tinha como um de seus objetivos a validação e criação de instrumentos psicológicos (Caldas, 1932). A inauguração deste laboratório foi publicada no jornal O Globo, em 1932, e o impresso trazia a notícia à sociedade, explicitando os benefícios que o laboratório traria à “educação”, à “perícia criminal” e ao “tratamento dos psicopatas” (Mattos, 1932). Podemos também destacar a criação de uma clínica psicológica, denominada Clínica de Eufrenia, que atendia exclusivamente crianças com o objetivo de prevenção da sua higiene mental como descreve Caldas (1932, p. 66) “um serviço não apenas com finalidades corretivas ou de reajustamento psíquico, mas, também com objetivos construtivos, isto é, de aperfeiçoamento do psiquismo, através de uma atuação médica e pedagógica direta no período inicial do desenvolvimento mental infantil.”

Nas obras dos higienistas selecionados para este estudo, em muitos momentos é possível visualizar a importância dada à psicologia: “**graças à psicologia os processos de educação mudaram**. Eles têm por fim auxiliar, encaminhar, facilitar a evolução de seres que trazem em si atos em potencial que são as tendências (Olinto, 1936, p. 18, grifo nosso).

Vale destacar também que no período em que a higiene sanitária e higiene mental ocupavam lugar de destaque no cenário brasileiro e a psicologia era reconhecida como ciência que poderia contribuir com as transformações necessárias ao progresso do país, é também o momento de difusão da psicanálise no Brasil. A psicanálise foi difundida pela Liga Brasileira de Higiene Mental, na figura de Franco da Rocha, Arthur Ramos e Durval Marcondes. É importante destacar a tradução da obra de Sigmund Freud (1856-1939), intitulada “Cinco Lições de Psicanálise - 1910 [1909]” (Freud, 1978), por Durval Marcondes e o livro “Doutrina de Freud: resumo geral indispensável para a compreensão da psicoanálise” de autoria de Franco da Rocha em 1930.

A psicanálise para a LBHM, na visão de Durval Marcondes e Arthur Ramos, “cumpria o papel de ampliar a compreensão sobre o funcionamento humano normal e patológico, orientando a ação das professoras no sentido de propiciar aos escolares uma educação de acordo com os princípios higiênicos.” (Mendonça, 2006, p.16). A autora ainda descreve que “o movimento de higiene mental, através de alguns de seus representantes, organizou e executou projetos de higiene mental, (...) como os serviços de clínica de orientação infantil escolar, organizados por Durval Marcondes em São Paulo e Arthur Ramos no Rio de Janeiro.” (Mendonça, 2006, p.16)

A psicanálise foi utilizada por alguns integrantes da LBHM “como recurso teórico explicativo de problemas escolares e suposto orientador de condutas adequadas, tendo em vista o objetivo maior dos trabalhos da LBHM, qual seja, promover a prevenção da doença mental, em prol do desenvolvimento da nação.” (Mendonça, 2006, p.17)

Ressaltamos que a LBHM, em 1928, inclui em suas seções de estudo, a seção de “Psicanálise e Psicologia Aplicada”, tendo como primeiro presidente Manoel Bomfim.

Ramos (1933, p.201) afirma: “Na psicanálise infantil está implicada, pois, toda uma pedagogia. O analista como o educador, livram a alma da criança de todos os obstáculos, preparando o terreno purificado para um desenvolvimento harmonioso, no futuro.

No entanto, não foram somente os higienistas grandes responsáveis pela difusão da psicanálise no Brasil, os artistas também tiveram influência, afirma Mendonça (2006). Em 1922, acontece, no Brasil, a Semana de Arte Moderna, além de ser um movimento artístico e cultural, de acordo com Boaventura (2005, p.5-6) a “ambição do grupo era grande: educar o Brasil, curá-lo do analfabetismo letrado, e, sobretudo, pesquisar uma maneira nova de expressão, compatível com o tempo do cinema, do telégrafo sem fio, das travessias aéreas intercontinentais”.

Aquino (2007, p. 434) aponta que os modernistas “valorizaram a temática nacional, e sobretudo a social, em criações que claramente refletiam uma revolta contra o academicismo e o mundo de aparências. Foi marcante a preocupação com as nossas raízes, com a brasilidade, onde a pintura se sujeitava ao assunto e redescobria tipos humanos brasileiros, como o trabalhador, o negro, a mulata.”

Facchinetti (2003) afirma que Oswald de Andrade e Mario de Andrade, expoentes importantes da Semana de Arte Moderna, buscaram a psicanálise não só para compreensão da própria subjetividade, mas também como fundamento para suas obras. A autora afirma que é possível também verificar referências ao conceito psicanalítico nas obras de Manoel Bandeira, Sergio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade, entre outros.

É possível, portanto, reconhecer, a partir da valorização da psicologia e da psicanálise, o quanto havia preocupação com a higiene mental e o quanto essas áreas do conhecimento foram instrumentos para a concretização deste movimento. Nesse sentido, tendo em vista o objetivo da presente dissertação, cabe discutir, a partir das obras de Manuel Bomfim, Plínio Olinto e Maurício de Medeiros, a vertente teórica que guiava o pensamento desses autores, os conhecimentos psicológicos que foram utilizados, como foram empregados e como os mesmos contribuíram para o desenvolvimento da psicologia no Brasil.

3 MANOEL BOMFIM, PLÍNIO OLINTO, MAURÍCIO DE MEDEIROS: o encontro entre a higiene mental e a psicologia através da educação

“É ainda a psicologia a fonte principal de inspirações, no estudo da moral e na apreciação na vida social. Então, sem hesitação, podemos chegar a conclusão de que – o estudo sistemático da Pedagogia deve ser precedido do estudo também sistemático e científico da vida psíquica ou das suas atividades conscientes.”

(Bomfim, 1915/1926, p.14, grifo nosso)

Além de fazerem parte da LBHM, Manoel Bomfim¹⁰, Plínio Olinto¹¹ e Maurício de Medeiros¹², em muitos momentos trabalharam juntos, principalmente nas Escolas Normais, ministrando disciplinas de psicologia para futuros professores. Esses autores deixaram uma significativa produção no âmbito da medicina, da política, da educação e da **psicologia**, sendo citados, em relação a esta última área, em grandes publicações sobre a história da psicologia no Brasil (Campos, 2001).

Suas produções, especialmente na área de psicologia, estão fundamentadas na concepção da ciência positivista, corrente teórica mais disseminada na época. O positivismo, cujo principal representante foi Augusto Comte (1798-1857), propunha a ordem como condição fundamental para o progresso da humanidade e é também reconhecido pelo valor

¹⁰ Nasceu em Aracaju-Sergipe em 1868, concluiu seus estudos primário e secundário em sua cidade de origem. Matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, onde cursou os primeiros anos de medicina, e transferiu-se para o Rio de Janeiro, terminando o curso em 1890. No Rio de Janeiro foi tenente cirurgião da Brigada Militar (Souto Maior, 1993). No ano de 1894 abandonou a medicina devido a morte da filha, a qual foi acometida por febre tifóide e posteriormente ao ocorrido se dedicou à educação e à política (Aguiar,2000). Manoel Bomfim dirigiu o *Pedagogium* entre 1897 a 1906 e 1910 até 1919, época em que a instituição foi extinta. Nesse entremeio, foi deputado federal pelo Estado de Recife, e permaneceu no cargo até 1908 (Priori & Candeloro, 2009). Manoel Bomfim também ocupou a direção da Instrução Pública Municipal do Rio de Janeiro e da Escola Normal do Rio de Janeiro, em que foi professor de Instrução Moral e Cívica, Pedagogia e Psicologia. De acordo com o Estatuto da LBHM de 1928 (LBHM, 1928, p.55), Bomfim era “professor catedrático de psicologia na Escola Normal.

¹¹ Formou-se médico em 1910. Foi diretor do Serviço de Profilaxia das Doenças Mentais e Nervosas da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Atuou como professor da Escola Normal do Rio de Janeiro, docente da Faculdade de Medicina. Trabalhou no Laboratório de Psicologia Experimental do Hospital Nacional de Alienados (Penna, 2001). De acordo com o Estatuto da LBHM de 1928 (LBHM, 1928, p.55), também foi “chefe do serviço de profilaxia mental do ambulatório Rivadavia Corrêa”

¹² Formou-se em Farmácia em 1903, em 1907 formou-se médico, também foi professor e político. Esteve ligado ao *Pedagogium* e deu aula na Escola Normal do Distrito Federal (Penna & Masiero, 2001). Fundou o segundo laboratório de psicologia experimental no Brasil no Hospital Nacional de Alienados (Penna, 1992). Esteve na França e trabalhou sob direção de G. Dumas, psicólogo e médico francês. Além da atividade acadêmica e clínica, em 1955 ocupou o cargo de Ministro da Saúde.

atribuído ao conhecimento científico, o qual seria um instrumento capaz de oferecer a solução para os problemas da humanidade (Faustino e Gasparin, 2001).

Segundo Bergo (1983, p.80), “no Brasil, a introdução do positivismo deu-se em fins do século XIX e esteve presente na Primeira República, justificando a ânsia das elites nacionais pelo progresso do país”. A doutrina positivista influenciou as mais diversas esferas, como a escola, a imprensa, a literatura, etc. (Silva, 2004). O autor ainda afirma que no âmbito da educação, Benjamin Constant¹³ (1836-1891) foi um dos principais difusores dos ideais positivistas no fim do século XIX. A educação era para o positivismo “o principal meio de libertar o homem da ignorância, da desordem e da anarquia moral, deveria, por isso, ser universal.” (Faustino e Gasparin, 2001, p.164). Silva (2004, p.12) afirma que no “início da República no Brasil, os positivistas, defendiam uma reforma a sociedade, a partir de uma nova hegemonia política e social, através de um novo conteúdo, em que a formação da moral e do caráter deveriam ser ensinadas desde os primeiros anos da criança” Esta corrente era tão forte que temos ainda o seu registro na bandeira nacional: “ordem e progresso”.

Esse breve comentário, sobre a vertente positivista que permeava o território brasileiro no final do século XIX e início do século XX, longe de aprofundar o tema, torna claro a influência dessa corrente teórica quando voltamos nosso olhar para o discurso dos higienistas da LBHM. Dentre muitos exemplos, podemos destacar a afirmação de Olinto em sua obra “Psicologia”: “Os estudos modernos tendem a dar a psicologia uma orientação mais firme, mais concreta, ou pelo menos desviá-la do caminho das **cogitações abstratas** onde ela se debateu por muito tempo, vaga, indecisa, fazendo corpo comum com a filosofia. Os psicólogos modernos resolveram **aproximá-la mais da biologia** e os resultados foram animadores.” (Olinto, 1936, p.10, grifo nosso)

A valorização do conhecimento científico como verdade, a medição, a quantificação, a experimentação, aspectos característicos do positivismo estão nitidamente presentes nas ações, propostas e produção de conhecimentos da LBHM. Essa afirmação também pode ser evidenciada tendo em vista os autores que serviram como base para o desenvolvimento dos estudos de Plínio Olinto, Manoel Bomfim e Maurício de Medeiros. Os autores mais citados

¹³ Ocupou o cargo de Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 1890.

pelos higienistas são Alfred Binet¹⁴ (1857-1911), George Dumas¹⁵(1886-1946), Wilhelm Wundt¹⁶ (1832-1920), Willian James (1842-1910)¹⁷, entre outros.

Nas obras e documentos analisados neste estudo, também é possível verificar a influência do pensamento de Claparède (1873-1940)¹⁸ e de John Dewey (1859-1952)¹⁹, teóricos que contribuíram significativamente à área da educação. “Em 1906, tendo sido paraninfo de uma turma de professores, Manoel Bomfim pronunciou um discurso em que se bateu pela escola de liberdade, de iniciativa, de vontade própria. A sua ideia caminhou ao lado das ideias de John Dewey, o possante revolucionário da educação norte-americana (LBHM, 1933, p.172).

Monarcha (2009) afirma que Dewey defendia a educação como fundamental para a reforma social e ao progresso, cabendo ao professor ser o “servidor social” para manter a ordem e o desenvolvimento da nação. O autor ainda descreve que Dewey defendia o progresso, a liberdade, a ciência e democracia. Ideais também defendidos pelo movimento de higiene mental.

Quanto à influência de Claparède, o excerto do próprio autor demonstra a consonância existente entre o discurso dos higienistas brasileiros:

¹⁴ Alfred Binet nasce na França, se forma em Direito, no entanto segue uma carreira tendo em vista a psicofisiologia e clínica psiquiátrica. É reconhecido principalmente pela formulação do teste de inteligência (Zazzo, 2010)

¹⁵ Georges Duma foi filósofo, médico e psicólogo francês, que muito contribuiu para o desenvolvimento da psicologia experimental na França. George Dumas consta no Estatuto da LBHM (LBHM, 1925a) como membro honorário estrangeiro.

¹⁶Reconhecido como fundador da psicologia científica. Inaugurou o Laboratório Experimental de Psicologia Experimental na Universidade de Leipzig, na Alemanha (Araújo, 2009). Atribui-se a ele a retirada dos estudos da psicologia do domínio da filosofia (Nassif, 2008)

¹⁷ Médico, fundador do primeiro laboratório de psicologia nos EUA, em 1875. “Considerou que os processos mentais servem aos interesses do organismo vivo, ou seja, que a mente é um instrumento do organismo. Foi um dos primeiros, no período moderno da história das ciências, a dar novamente ênfase à natureza dinâmica dos processos psicológicos, baseado em descrições introspectivas e não em abstrações.” (Nassif, 2008, p. 28)

¹⁸ Médico e psicólogo suíço, defendeu a psicologia experimental, teve influência de Wilhelm Wundt e Willian James e posteriormente se dedicou a psicologia da educação. Em 1912 fundou o *Institut Jean Jacques Rousseau* que tinha como finalidade “(...) formar educadores, realizar pesquisas nas áreas de Psicologia e Pedagogia e incentivar as reformas educativas baseadas no movimento da Escola Nova (Éducation Nouvelle).” (Nassif, 2008, p.34).

¹⁹ Filósofo e educador norte-americano, considera a educação uma “instância social positiva, que deve cumprir a função social de produzir um ser humano “plenamente desenvolvido”. (Patto. 1984, p.25)

O interrogatório de meus doentes mostrava, a cada dia, a influência da educação – sobretudo dos erros da educação – sobre o desenvolvimento da personalidade. Mais vale trabalhar para prevenir esses erros educativos, pensava eu, do que corrigir suas conseqüências. As doutrinas freudianas, que começavam a se difundir e às quais Flournoy²⁰ e eu não tínhamos dispensado uma acolhida simpática, enquanto nos impediam qualquer entusiasmo, confirmavam-me ainda na idéia da importância dos anos da infância para o destino posterior do indivíduo (Claparède, 1920 / 1959, p.42).

É importante salientar que no caso de Manoel Bomfim, embora em muito influenciado pelos teóricos guiados pelo ideário positivista, é considerado um dissidente entre os intelectuais brasileiros no início do século XX, afirma (Costa, 2008). O autor ainda descreve que Bomfim:

tem sido, de modo gradativo, especialmente nos últimos quinze anos, recolocado entre os “principais intérpretes do Brasil”, inclusive em posição de enorme inovação, isto porque, em grande medida, a sua interpretação do nacional é fortemente contrária às perspectivas teóricas dominantes no pensamento social brasileiro de então, cuja base era formada pelas teorias sociais européias (darwinismo social, evolucionismo e o positivismo), tríade teórica fundamental que, de certo modo, parece ter “coroadado” o ápice da modernidade ocidental. (Costa, 2008, p. 423)

Importante destacar, que, embora Manoel Bomfim apresentasse um pensamento divergente da maioria de seus pares, ele não pode ser considerado um “revolucionário”, pois, como afirma Borges (2006, p.116):

Assim, identificando alguns dos fundamentos teóricos de suas idéias nas concepções elaboradas pelos teóricos do Iluminismo temos a possibilidade de reconhecê-lo não como um “contra-discurso avançado para a época”, ou como alguém que estava “adiantado em seu tempo”, mas sim como alguém que estava afinado com o seu

²⁰ Théodore Flournoy (1854-1920) foi professor de psicologia na Universidade de Genebra e é conhecido pelos seus estudos sobre mediunidade e psicologia.

tempo, pois defendia aquilo que se colocava como necessidade naquele momento histórico: a defesa da educação escolar como saída para todos os males, inclusive para os “males sociais”.

3.1 Os diversos encontros entre a higiene mental e a psicologia

“A psicologia moderna traz a sua contribuição à pedagogia, à orientação e seleção profissionais, a todos os ramos da atividade humana.”

(Olinto, 1936, p.267)

Manoel Bomfim, de 1901 a 1903, esteve na Europa e estudou Pedagogia e Psicologia. Frequentou a Universidade de Sorbonne e trabalhou ao lado do psicólogo francês Alfred Binet, criador da escala métrica de inteligência. Voltando ao Brasil, organizou e dirigiu o *Pedagogium*, onde foi criado o primeiro laboratório de psicologia experimental no país, em 1906 (Pinheiral, 2011).

O *Pedagogium* foi fundado no ano de 1890 e foi uma instituição educacional com a proposta de:

impulsionar reformas e melhorias no ensino nacional pela oferta aos professores públicos e particulares dos meios de instrução profissional, além da exposição de métodos e de material de ensino aperfeiçoados agindo, dessa forma, como um centro nacional de controle e coordenação das atividades pedagógicas. (...) o regulamento do *Pedagogium* apontava as seguintes ações: organizar uma exposição permanente de um Museu Pedagógico; oferecer conferências e cursos científicos; abrigar gabinetes e laboratórios de ciências físicas e naturais; realizar concursos e exposições escolares anuais; dirigir uma escola primária modelo; instituir uma classe-tipo de desenho e de oficinas de trabalho manuais; organizar coleções-modelo para o ensino científico concreto nas escolas públicas e publicar uma revista pedagógica.” (Pinheiral, 2011, p. 375).

De acordo com Pessotti (1975, p.7), o *Pedagogium* era uma “espécie de academia de pedagogos e museu pedagógico.”

Em relação ao laboratório de psicologia experimental, instalado no *Pedagogium* por Manoel Bomfim, esse teve forte influência de Alfred Binet (Campos, 2013). Esta autora

aponta Manoel Bomfim como um importante difusor das teorias de Binet no Brasil. Campos (2013) também descreve que Bomfim realizou, no laboratório, experimentos e observações sobre a volição, associação de ideias e percepção, no entanto, não publicou os resultados alegando não ter encontrado conclusões satisfatórias. De acordo com Antunes (2001), há poucas informações sobre as produções desse laboratório. Francisco Portugal, estudioso de Manoel Bomfim afirma: “Em lugar de encontrarmos tentativas de utilização dos resultados das investigações no laboratório de psicologia experimental como instrumento de aprimoramento da educação, encontramos críticas severas ao procedimento experimental em Psicologia tanto na obra de 1923²¹ quanto no livro *O método dos testes* de 1928.” (Portugal, 2010, p.601). Essas afirmações se confirmam em um comentário de Bomfim em sua obra “Pensar e Dizer: estudos do símbolo no pensamento e na linguagem” (1923/2006) e demonstra seu descontentamento com as experiências realizadas em laboratório: “Durante 12 anos tive à minha disposição um laboratório de psicologia; nas pastas, ainda são acumuladas anotações, traçados, fileiras de cifras... e nunca tive coragem para organizar uma parte qualquer desses dados, e de os publicar, porque nunca obtive uma elucidação satisfatória.” (Bomfim, 1923, p.45).

Destaca-se que Plínio Olinto e Maurício de Medeiros participaram, ao lado do Bomfim, do *Pedagogium*. (Penna, 1992; Pinho & Jacó-Vilela, 2000)

Manoel Bomfim, Plínio Olinto e Maurício de Medeiros tiveram uma vasta produção. Penna (1992) descreve que a obra de Manoel Bomfim distribui-se em três áreas: “a história, a pedagogia e a psicologia” (p.62). Na área de história (Penna, 1992) ressalta a obra “América Latina: males de origem”, publicada em 1905, em que Manoel Bomfim apresenta críticas ao racismo, à superioridade da raça branca e inferioridade dos povos da América Latina. Na área pedagógica, Manoel Bomfim elabora a obra “Lições de Pedagogia” (1915/1926) e “Cultura e Educação do Povo Brasileiro” (1932). Essas obras, de acordo com Penna (1992) tratam principalmente da importância da educação primária e da educação popular, para desenvolvimento da nação. Na área da psicologia, Penna (1992) afirma que a contribuição de Manoel Bomfim foi “excepcionalmente significativa” (p.67) e faz referência a duas produções “Noções de Psicologia” (1916/1928) e “Pensar e Dizer: estudos do símbolo no pensamento e na linguagem” (1923/2006) como as mais expressivas.

²¹ Quando o autor cita “obra de 1923”, ele se refere ao livro “Pensar e Dizer: estudos do símbolo no pensamento e na linguagem (Bomfim,1923/2006).

Plínio Olinto escreve a obra intitulada “Psicologia”, em 1936 e também é considerado por Penna (1992) talvez o primeiro historiador da psicologia no Brasil, quando publica em 1944, para a *Imprensa Médica* o texto “A Psicologia Experimental no Brasil”. Já Maurício de Medeiros escreve sobre diversos assuntos, mas também se dedica a produções no campo da psicologia, sendo as mais específicas sobre a área: “Método em Psicologia” (1907), “Psicoterapia” (1933) e “Aspectos da Psicologia Infantil (1952). Todas essas obras demonstram a crença e o valor atribuído à psicologia.

Plínio Olinto (1936, p.7), em sua obra “Psicologia”, define esta área do conhecimento da seguinte forma: “A psicologia estuda as condutas que se definem no comportamento, interpreta as adaptações do indivíduo ao meio, as modificações do meio face ao indivíduo, num ajustamento que conduz à socialização.” Desta forma, este autor coloca a psicologia em lugar de destaque e aponta que **“a psicologia moderna traz a sua contribuição à pedagogia, à orientação e seleção profissionais, a todos os ramos da atividade humana.”** (Olinto, 1936, p.267, grifo nosso).

Plínio Olinto, Maurício de Medeiros e especialmente Manoel Bomfim deram atenção especial à educação, pois, como já citado anteriormente, a LBHM acreditava que esta seria um dos caminhos para o desenvolvimento da nação. A preocupação dos autores se justifica quando se analisa a situação em que se encontrava a educação, no final do século XIX no Brasil:

Ao iniciar-se o período republicano, a situação da instrução popular não era das mais alentadas. Com uma população de 14 milhões de habitantes no último ano do Império, contávamos com uma freqüência de 250.000 alunos em nossas escolas primárias e o crescimento quantitativo das escolas e matrículas se fazia muito lentamente (...). Quanto aos índices de analfabetismo, a situação do conjunto do país no final do século XIX e primeiras décadas do século XX era assustadora. (Paiva, 1987, p.83).

Moncorvo Filho (1926a, p. 339) descreve que enquanto em 1822 existiam no Brasil 95% de analfabetos, em 1922, quando o país já contava com uma população aproximada de 25 milhões de habitantes, a taxa de analfabetismo mantinha-se à casa de 85%. Vale destacar que no fim do século XIX:

as escolas imperiais foram lidas, (...), sob o signo do atraso, da precariedade, da sujeira, da escassez e do “mofô”. Mofadas e superadas estariam idéias e práticas

pedagógicas – a memorização dos saberes, a tabuada cantada, a palmatória, os castigos físicos etc. –, a má-formação ou a ausência de formação especializada, o tradicionalismo do velho mestre-escola. Casas de escolas foram identificadas a pocilgas, pardieiros, estalagens, escolas de improviso – impróprias, pobres, incompletas, ineficazes. Sob o manto desta representação em negativo, era crucial para intelectuais, políticos e autoridades comprometidas com a constituição do novo regime seguir “pesada e silenciosamente o seu caminho”, produzir outros marcos e lugares de memória para a educação republicana. Pretendia-se (re)inventar a nação, inaugurar uma nova era, novos tempos. (Schuler & Magaldi, 2009, p.35)

Priori e Candeloro (2009) descrevem que no relatório Report of the Commissioner of Educations²², publicado em 1893, o Brasil ocupava, entre 30 países americanos, o terceiro pior índice de escolaridade, sendo apenas 2,2% da população alfabetizada. Manoel Bomfim (1932) descreve que ao ler esse relatório:

Foi tão profunda a impressão que me causou essa leitura, pela insignificância e pobreza dos nossos recursos, que nunca mais pude furtar ao desejo de observar e estudar o problema da instrução popular entre nós. **De então para cá só tenho encontrado motivos para maior desconsolo.** (p.55, grifo nosso)

Em 1905, Manoel Bomfim, em sua obra “America Latina: males de origem” defendia a educação como possibilidade de progresso:

Nem é impossível fazer destas sociedades atuais nacionalidades livres, prósperas e felizes; o que é impossível é transformá-las em grandes, e ricas, e poderosas nações, dentro de seis e oito anos (...) desprezando as causas dos males sociais (...). **Raros, raríssimos são os que pensam nestas obras de educação social, instrução popular, e aperfeiçoamento da produção, indispensáveis ao progresso do país, e essenciais para a constituição das sociedades harmônicas e felizes.** (p.405-406, grifo nosso).

²² Documento produzido pelo governo norte-americano que apresentou estatísticas a respeito do ensino nos diversos estados da federação entre 1889-1890. (Gontijo, 2010)

Tendo a educação como premissa para desenvolvimento do Brasil, Manoel Bomfim desenvolve diversos estudos que visavam o aprimoramento desse campo, pois era preciso de acordo com as propostas higienistas “fornecer à criança educada a possibilidade de se desenvolver de modo a atingir o máximo da durável **felicidade pessoal e utilidade social**” (Radecki, 1925, p. 20, grifo nosso). Para alcançar tais ideais, Radecki propunha a higiene mental como “uma ação que forma as condições da vida, capazes de assegurar o desenvolvimento normal em todos os domínios da vida psíquica da criança” (1925, p. 21).

Na obra “Lições de Pedagogia” (1915/1926) podemos identificar como Manoel Bomfim, ao longo de seu percurso na educação defendia a instrução pública e principalmente a escola primária, a qual, para ele, tinha a seguinte função:

A Escola Primária²³ tem por função: *ensinar a todos, tudo aquilo que todo individuo precisa saber* para viver como ser humano social, qualquer que seja a sua situação pessoal e o seu destino possível; (...). A Escola Primária tem um duplo dever, bem explicito: *ensinar* umas tantas cousas, e educar convenientemente a mentalidade da criança. (Bomfim, 1915/1926, p. 99).

O ideário higienista ganha destaque nesse posicionamento de Manoel Bomfim, tanto na questão da educação como via de desenvolvimento da nação, bem como o foco na infância, período considerado pela LBHM, propício para formação do cidadão pautado na educação higiênica.

Bomfim (1915/1926) defendia o caráter obrigatório da instrução primária e que caberia ao Estado exigir que os pais oferecessem educação à criança, da mesma forma que a alimentam e a protegem:

O direito deles, pais, decorre exclusivamente do cumprimento de um dever de promover o bem dos filhos; neste caso, reconhece-lhes o Estado o direito de fazerem o bem como quiserem. De outro modo, seria monstruoso que o Estado, defensor efetivo dos fracos, além de admitir o não cumprimento de um dever moral, reconhecesse nos pais o direito de condenar as crianças, pessoalmente indefesas e fracas, ao grande mal do analfabetismo e da ignorância (Bomfim, 1915/1926, p.101).

²³ Escola primária, termo utilizado na época, se refere ao 1º ao 4º ano do atual “Ensino fundamental”.

Posteriormente, a LBHM enfatiza que é a educação que possibilitará o desenvolvimento saudável e adaptado às condições sociais da época, o que legitima a idéia que a educação deveria ser obrigatória.

A mentalidade desenvolvida corretamente, e atuando por meio de reações convenientes, traduz-se no comportamento mais adequado **ao ajustamento do indivíduo ao meio físico e social, exibindo o que se pode chamar a saúde mental.** E, para que isso ocorresse verdadeiramente seria preciso empreender esforços e organizações, para insistir, um pouco menos sumariamente, sobre o lado construtivo do problema, que encontra na educação a forma útil de realizar-se. (Fontenelle, 1925, p. 02-03, grifo nosso).

A valorização da educação como forma de superação dos problemas sociais e desenvolvimento do país, discutida na esfera política e nas propostas da LBHM, impulsionou ações que visavam concretizar essa proposta. Manoel Bomfim se destaca pelo esforço despendido em defesa da educação e nesse percurso elege a psicologia como um dos principais conhecimentos para o desenvolvimento desse campo.

Reconhecido e admitido – que o objeto da Pedagogia é a sistematização dos princípios que devem inspirar a obra da adaptação do indivíduo às condições de vida humana, logo se compreende que esses princípios têm de ser procurados nas ciências que estudam e fazem conhecer – por um lado, a natureza da criança, e por outro lado, as condições da vida humana, isto é, o meio físico e moral em que o homem tem que viver. Tanto vale dizer que a Pedagogia se deve inspirar em todas as ciências – físicas, naturais, históricas e sociais. **Destas, porém, há uma que lhe dá os principais subsídios. É a Psicologia.** (Bomfim, 1915/1926, p.14, grifo nosso)

Convém ressaltar outro excerto, pois demonstra o valor atribuído ao conhecimento psicológico para que se cumpra o objetivo da educação:

É o conhecimento da natureza da criança e da natureza do meio, onde ela vai viver, que deve constituir a base no preparo do educador, a fim de que, pela sua ação, se assegure o êxito da obra educativa, cujo *fim* é a adaptação. Ora, essa adaptação é de

caráter essencialmente psíquico, é a natureza psíquica da criança que se dirigem os processos educativos; logo é essa natureza psíquica que se deve estudar de modo explícito. (...) **é ainda a psicologia a fonte principal de inspirações, no estudo da moral e na apreciação na vida social.** Então, sem hesitação, podemos chegar a conclusão de que – o estudo sistemático da Pedagogia deve ser precedido do estudo também sistemático e científico da vida psíquica ou das suas atividades conscientes. (Bomfim, 1915/1926, p.14, grifo nosso)

Para Manoel Bomfim (1915/1926), a psicologia sendo um dos principais subsídios que norteiam a educação, os conhecimentos dessa ciência permeiam em grande parte suas elaborações sobre o processo educativo. Na obra “Lições de Pedagogia”, trata da formação da personalidade, a qual é a “individualidade consciente, e esta se define e se caracteriza pela **vida moral**” (Bomfim, 1915/1926, p. 15, grifo nosso).

A formação da personalidade corresponde: “a incorporação do indivíduo no conjunto das relações que constituem a organização social. A personalidade se forma a modo de um germen que se desenvolve assimilando o meio, associando-se a ele, e que se enriquece por aquisições sucessivas” (Bomfim, 1915/1926, p.15). Além disso, afirma: “De tudo isso resulta que a evolução geral da personalidade inclui o próprio processo de educação, e esta corresponde de fato, ao trabalho de formação psíquica do indivíduo” (Bomfim, 1915/1926, p.16).

Tendo em vista o conceito de personalidade desenvolvido por Manoel Bomfim, fica clara sua crença de que o processo educativo, o qual integra a constituição da personalidade do indivíduo, é capaz de provocar mudanças individuais e sociais. Essa evidência reafirma a proposta de educação da LBHM, em que se acreditava que através da educação, era possível formar indivíduos sadios, tanto no aspecto físico como mental, produtivos e “adaptados” ao meio social.

Plínio Olinto também acreditava na educação como possibilidade de transformação: “insistimos mais uma vez: na formação da personalidade as predisposições herdadas são suscetíveis de aperfeiçoamento por influência do meio cósmico, do meio social e da educação.” (Olinto, 1936, p. 53). Inclusive este autor exemplifica: “Lombroso viu cair por terra a sua teoria do criminoso nato. Não é o caráter específico de criminalidade que se transmite, mas apenas uma tara degenerativa passível de ser corrigida pela educação. O exemplo da criminalidade, o meio miserável em que criavam-se os filhos de criminosos, tinham mais influência do que a tara em si”

Para Manoel Bomfim “a adaptação humana é essencialmente social e que seu principal objetivo é fazer da criança um **ser moral**. Há uma adaptação ao meio físico, mas essa adaptação, no que tem de consciente, é sempre social, porque o homem, ser socializado, só pode agir conscientemente servindo-se dos recursos que a vida social põe a sua disposição.” (1915/1926, p.23, grifo nosso)

Tanto o excerto do pensamento de Plínio Olinto, quanto o de Manoel Bomfim demonstram que embora a eugenia tivesse um valor importante no ideário da higiene mental, nem todos compartilhavam dos seus ideais.

A educação embasada no ideário higienista, na vertente da higiene mental, poderia formar homens adaptados dentro dos padrões esperados: sadio (física e mentalmente) e produtivo, e com isso garantiria o progresso do país.

No excerto a seguir é possível confirmar o que foi explicitado anteriormente, tal como o progresso e a moralidade, presentes no discurso de Manoel Bomfim (1915/1926):

Das condições naturais da educação, reconhecemos que ela tem por fim imediato fazer da criança uma criatura sã, **moral**, ativa, e produtora, e que, para tentar e estimular a atividade do indivíduo é preciso estimular e apurar os seus dotes e suas energias pessoais em vez de contrariá-las e anulá-las. (...) É deste modo que o indivíduo chega ao máximo de *boa produção*; é deste modo que se obtém a perfeita especialização de trabalho e de funções necessárias ao *progresso geral*. (p.28, grifo nosso)

Maurício de Medeiros (1952), por sua vez, se preocupava com o desenvolvimento saudável da criança tendo em vista as condutas da vida adulta. Na obra “Aspectos da Psicologia Infantil” (1952), Medeiros deixa clara a sua preocupação com a infância e propõe variadas estratégias relacionadas à educação infantil visando um saudável desenvolvimento do indivíduo. Estas estratégias estavam alicerçadas pelo movimento de higiene mental, sendo esta afirmação já reconhecida, em parte, por Pinho & Jacó-Vilela (2000, p.383): “Apesar de ser um livro editado em 1952, uma análise inicial desses mandamentos e das explicações de Maurício de Medeiros sugere que os princípios educativos e pedagógicos expostos se aproximam da higiene mental, movimento hegemônico dos anos 20 - 30.” Importante destacar que não se trata apenas de uma aproximação com o movimento de higiene mental. Há que se considerar que Maurício de Medeiros era integrante da LBHM e de fato suas propostas estavam em consonância com o ideário da higiene mental. Em relação à afirmação que o movimento de higiene mental foi um movimento hegemônico no início do século XX, se faz

necessário apontar que não só o saber médico higienista estava em voga na época, mas também a autoridade policial e militar. De acordo com Patto (1987, p. 189):

O discurso psiquiátrico foi instrumento de legitimação da imensa desigualdade social e de condução autoritária da vida política, mas a presença dos médicos no espaço urbano foi menos intensa e direta do que pode parecer à primeira vista, (...) mas também porque a grande executora de suas ideias era a polícia, que agia como bem entendia.

A autora ainda cita Lima Barreto, que após ser levado pela polícia ao Hospital Nacional dos Alienados em 1919 dizia: “não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia em minha vida” (Patto, 1987, p. 190).

Patto (1987,) no excerto acima, se refere à intervenção da força militar na vida da população brasileira no início do século XX, a qual visava a manutenção da ordem no Brasil.

3.2 Psicologia, higiene mental e pedagogia “de mãos dadas”

Os quocientes de inteligência são de grande valor na prática psico-pedagógica. (...) no intuito de avaliar as aptidões dos escolares, **a psicologia e a pedagogia, de mãos dadas, vem tentando colocar a capacidade intelectual dentro de certas e determinadas dimensões**”

(Olinto, 1936, p.229, grifo nosso).

Os três autores abordados neste estudo, os quais tinham a educação escolar como foco, tendo todos eles sido professores nas Escolas Normais, portanto formadores de futuros professores, consideraram diversos aspectos de caráter psicológico importantes para o processo educativo. Porém, como o objetivo do presente estudo não é discorrer sobre os constructos teóricos da psicologia, vale apontar os principais lugares da ciência psicológica que os autores adentraram.

Bomfim (1915/1926) apresenta estudos sobre as primeiras manifestações da atividade psíquica da criança; a formação da vontade; a formação de hábitos; processos de abstração e generalização; raciocínio; imaginação; atenção. Na obra “Noções de Psicologia” (Bomfim, 1916/1928), também é possível identificar o valor dado pelo autor às funções psíquicas. No prefácio desta obra, escrito pelo próprio autor, ele aponta que: “Este compêndio se destina principalmente às escolas normais, cujos **alunos devem conhecer bem explicitamente o**

mecanismo das elaborações mentais, porque ao mestre incumbe especialmente a educação intelectual” (Bomfim, 1916/1928, p.8). Nesse excerto aparece a preocupação do autor com a explicação minuciosa dos aspectos psíquicos e, principalmente, com a formação dos futuros professores, os quais deveriam ter domínio desses conhecimentos para uma melhor condução do processo educativo.

Ainda em relação ao estudo sistematizado das funções psíquicas, destacamos a obra “Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem” (Bomfim, 2006/1916). Na apresentação desta obra, Antunes (2006, p.21) afirma: “Trata esta obra da função simbólica e de suas relações com o pensamento e a linguagem, articulando as relações que se estabelecem entre estes elementos e o processo educativo, a partir de uma abordagem que se poderia hoje denominar de sócio-histórica”. Além disso, a autora ressalta que Manoel Bomfim antecipa conhecimentos que viriam a ser amplamente considerados pelos psicólogos soviéticos alguns anos depois. Bomfim (1923/2006) compreendia a linguagem como “a forma de realização mais completa para a consciência (...). É a realização do pensamento na espécie” (p. 247-248). Anos mais tarde, Leontiev em sua obra “O Desenvolvimento do Psiquismo”, publicada em 1947, aponta a importância da linguagem no processo de construção psíquica: “a linguagem não desempenha apenas o papel de meio de comunicação entre os homens, ela é também um meio, uma forma da consciência e do pensamento humanos (...). Torna-se a forma e o suporte da generalização consciente da realidade”. (Leontiev, 1970, p. 93). Essa relação demonstra também a contemporaneidade da obra de Manoel Bomfim.

Para Manoel Bomfim (1923/2006) a linguagem é “a condensação sensível e explícita do psiquismo humano, socializado como ele é, no sentir, no pensar e no agir” (p.52). O autor também discute o conceito de inteligência, em que a considera: “De todas as formas de atividade humana, é a inteligência a mais educável, porque toda ela se forma a custa de elementos adquiridos.” (Bomfim, 1915/1926, p.79).

Plínio Olinto (1936), em sua obra “Psicologia”, também valoriza a descrição das funções psíquicas para compreensão do desenvolvimento humano, abordando diversas funções psicológicas como as sensações, percepções, imaginação, ideia, consciência, atenção, memória, raciocínio, estados afetivos, emoções, volições, aprendizagem, inteligência.

Maurício de Medeiros, durante sua trajetória, se dedicou aos estudos dos aspectos psicológicos da infância e também elaborou conhecimentos acerca da psicologia clínica e psiquiatria, ministrando esses conhecimentos a futuros professores e médicos, os quais estavam envolvidos pelo grande anseio de educar.

Diante do exposto, é possível constatar o quanto a educação foi colocada em destaque pela sociedade da época. No entanto, era preciso assegurar se a educação, ou o processo de ensino estava realmente sendo eficaz. Em 1924, no prefácio da obra “O método dos testes”, Bomfim relata que foi convocado juntamente com Maurício de Medeiros, pelo Diretor geral da Instrução Municipal para “estudar as possibilidades de testes no ensino primário” (Bomfim, 1928, p.05):

procurando, os dois, fazer qualquer coisa de eficaz, assentamos começar por instruir, no assunto, uma turma de professoras, orientado-as, depois, em observações e experiências que permitissem, a seu tempo, adaptar ao nosso meio as escalas – Binet – Terman, e fazer uma estalonagem de testes pedagógicos para o uso das nossas escolas primárias” (Bomfim, 1928, p.05).

Medeiros (1952, p. 124-125, grifo nosso), também relata esse episódio: “Há cerca de 25 anos, por iniciativa do professor Carneiro Leão, que então dirigia o ensino público municipal do Distrito Federal, fui designado com o prof. Manuel Bomfim e o Dr. Paulo Maranhão para **instruirmos as professoras primárias no manejo de testes pedagógicos.**”

Os relatos de Bomfim e Maurício de Medeiros confirmam a demanda pela avaliação do processo educativo. Nessa mesma obra, Manoel Bomfim (1928, p.12) aponta cuidadosamente o que compreende um teste: “O teste é uma prova-testemunho, isto é, que dá uma indicação precisa quanto ao valor de uma função psíquica, ou, mesmo, simplesmente fisiológica”. Define-o como um instrumento científico que exige conhecimento teórico e prático e possui um caráter rigoroso e preciso. Devido a isso exige também um intenso treino, para que haja mínima possibilidade de erro. Afirma que o teste fornece além da medida de funções elementares como a atenção, medidas de caráter global como a inteligência e cita Binet, como o grande responsável pela utilização dos testes para fins educativos (Bomfim, 1928).

Bomfim (1928) também apresenta os testes pedagógicos como possibilidades de medir o aproveitamento escolar e os aponta como complementares aos testes de medida de inteligência, afirmando ainda que são “recursos seguros, justos e precisos de julgamento.” (p.19), ao invés do tradicional exame, que segundo Manoel Bomfim, não garantia precisão de resultados.

Além disso, ressalta que os testes “pedagógicos”:

prestam inestimável serviço de permitir a organização de classes homogêneas, homogêneas enquanto valor de inteligência, como capacidade de aproveitamento e como aptidão especial para determinadas disciplinas. Essa distribuição de alunos – segundo o nível de inteligência e de aproveitamento, e que não se pode obter somente pela aplicação da medida de inteligência é, certamente, condição indispensável para o bom rendimento escolar (Bomfim, 1928, p.20).

Sendo assim, a capacidade intelectual serviria para classificar os alunos e dividi-los em fortes e fracos. Henrique Roxo (1925, p.05) afirmava que “um dos melhores meios de se fazer a profilaxia mental, (...) era fazer a separação de acordo o desenvolvimento intelectual”.

A distribuição das classes por este feitiço lógico e científico não visa unicamente o melhor aproveitamento dos escolares e sim um meio de evitar que a criança se enerve, já no afã de hobrear com as mais evoluídas, já no receio das censuras ou castigo das professoras. Nessa ocasião é a excitação nervosa de cada dia que vai condicionar um estado de desequilíbrio nervoso, o qual pode mais tarde culminar no desenvolvimento de uma psicopatia (Roxo, 1925, p.05).

Olinto (1936, p.227) afirma em referência aos testes psicológicos que “com tal método é possível homogeneizar as classes nas escolas e separar os normais dos retardados pedagógicos. Os quocientes de inteligência são de grande valor na prática psico-pedagógica” O autor ainda expõe que “no intuito de avaliar as aptidões dos escolares, **a psicologia e a pedagogia, de mãos dadas, vem tentando colocar a capacidade intelectual dentro de certas e determinadas dimensões**” (Olinto, 1936, p.229, grifo nosso).

Ainda em relação aos testes psicológicos, Olinto (1936, p.229) descreve: “Os testes constituem um subsídio de alto valor na prática de orientação profissional, quando nos fornecem dados sobre o nível intelectual e sobre o grau de cultura do examinado. São testes de psicologia e pedagogia, com seus desenhos, curvas, números e percentagens que quase todas as nossas professoras já ensaiaram, alteraram e adaptaram ao nosso meio escolar.”

É importante destacar que Manoel Bomfim é cauteloso em relação à utilização dos testes no processo educativo. Critica a ideia dos testes apenas como um instrumento de mensuração, de quantificação da inteligência e aponta:

Há, certamente, neles, um critério seguro de interpretação, mas em caso nenhum, o julgador pode ser assimilado à peneira que mecanicamente separa o *torto* do *redondo*. O teste vem eliminar o que é meramente subjetivo, no julgamento das provas comuns. É um critério de valor objetivo, nitidamente expressivo, sem que por isso, deva ser considerado um valor bruto, análogo a troncos que se medem, calhoas que se contam. Se o teste é uma prova de inteligência, ele tem que ser apreciado inteligentemente.” (Bomfim, 1928, p.50)

Em sua obra sobre o método dos testes, Bomfim faz crítica em relação ao entendimento e uso dos testes de inteligência nos Estados Unidos, afirmando que houve uma mecanização dos mesmos e descreve: “O mais interessante é que os mecanizadores apelam para a Escala de Binet, sem se lembrarem que esse deixa a fórmula nítida – “o teste deve ser interpretado... Na realização das provas, devemos tomar nota de tudo que possa prestar para essa interpretação.” (Bomfim, 1928, p.51) “Não se medem energias vivas, como se medem cereais e bitolas...não se comparam produtos mortos, inteiramente inertes, a efeitos complexos, em pleno desenvolvimento de vida, (...), sobretudo na criança.” (Bomfim, 1928, p.63)

Portanto, verifica-se que o pensamento de Manoel Bomfim compreendia o processo de avaliação da inteligência como um recurso importante, desde que realizada e interpretada a partir do contexto do indivíduo e utilizada no intuito propiciar um melhor rendimento escolar.

A partir daí, portanto, a classificação dos alunos e homogeneização das turmas, como descreve Bomfim (1928), abre espaço para se discutir o que fazer com os alunos “fracos” e nesse cenário entra em cena a “escola especial”.

A LBHM se preocupava com os alunos que não alcançavam bons índices nos testes e oferecia aos mesmos, possibilidades de recuperar possíveis “atrasos”. A “Clínica de Eufrenia” seria uma possibilidade, pois “orientaria a evolução mental da criança” e preveniria distúrbios que poderiam surgir no futuro (A Campanha..., 1934, p.65)

Na época, também foi criada uma “Secção de Ortofrenia e Higiene Mental”, do Departamento Municipal de Educação, em que havia exames médico-psicológicos do escolar para solucionar casos de crianças “problemas” e objetivava, por exemplo, “reajustar os maus ajustados”; formar corretamente os educadores, entre outros (Wanderbroock, 2009). O mesmo autor acrescenta que a LBHM propunha diversas outras ações no intuito de adaptar da melhor forma possível os desajustados, uma delas eram os exercícios psicológicos chamados de “ginástica psicológica” ou “ortopedia mental”, conforme Antipoff e Rezende (1934, p. 149).

Além de toda dedicação dos integrantes da LBHM, em especial dos autores aqui estudados, ao desenvolvimento e valorização dos conhecimentos psicológicos com vistas à educação, é possível perceber nesta trajetória histórica, o anseio pelo progresso da nação que traria como retorno a felicidade do indivíduo, como afirma Radecki (1925, p. 11): “um conjunto de ações práticas, com o fim de criar condições que possam facilitar o desenvolvimento psíquico dos indivíduos humanos, adaptando esse desenvolvimento às exigências sociais e à felicidade pessoal”. Essas ações práticas, portanto, estavam fundamentadas pelo ideário da Higiene Mental. Olinto (1930) retrata essa afirmação: **“procuramos através da psicologia, estabelecer o padrão da nossa mentalidade.”** (p.160, grifo nosso)

Ainda que breve, esta análise possibilita constatar o quanto o pensamento, as propostas e as ações dos higienistas valorizavam a psicologia como “subsídio fundamental” ao processo educativo. E nesse sentido, é inegável o impulso que a LBHM forneceu à construção e posterior consolidação da psicologia no Brasil. Olinto (1936) afirma: **“Ninguém mais discute hoje a conveniência ou inconveniência dos estudos psicológicos.** Os conceitos que deles resultam são invocados e aplicados a cada momento em todos os ramos da atividade humana.” (p.8, grifo nosso)

Desta forma, é publicamente reconhecida a valorização da LBHM em relação às reflexões e propostas dos higienistas focalizados neste texto. Para tanto, podemos resgatar a homenagem feita a Manoel Bomfim, após um ano de sua morte, pela Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1933. Nessa homenagem, ao “notável psicologista e educador brasileiro”, assim denominado pela LBHM, o presidente da “Secção de Psicologia Aplicada e Psicanálise”, Plínio Olinto, aponta a grande contribuição de Manoel Bomfim à “psicologia geral e pedagógica” (LBHM, 1933, p.170).

Vale destacar que é lembrado, nessa homenagem póstuma, a lista organizada por Plínio Olinto e legitimada pela LBHM, que aponta os principais nomes de filósofos e psicólogos que contribuíram para o desenvolvimento dessas áreas tanto no Brasil como em outros países. Nesta lista aparecem nomes como Platão (428-427 - 348-347 a.C), Aristóteles (384 - 322 a.C), William James (1842-1910), Sigmund Freud (1856-1939), Édouard Claparède (1873-1940) e entre esses consta Manoel Bomfim, o que demonstra como a LBHM considerava suas produções. Bomfim é reconhecido também por ter orientado “várias gerações de professores na aquisição e na **ampliação de conhecimentos psicológicos**, tão necessários a quem se encarrega de educar as crianças, aproveitando-lhes as faculdades inatas para levá-las a culminar na vida dentro do programa vocacional de cada indivíduo” (LBHM,

1933). A participação de Manoel Bomfim na LBHM foi tão intensa que a homenagem é finalizada com a seguinte afirmação: “Nós aqui estamos, na Liga, propugnando pela higiene e pela felicidade mental do povo, Manoel Bomfim foi um mestre para nós. E, compreendendo o valor do indivíduo, fez-se digno de nossa imitação”. (LBHM, 1933, p.173).

4 O LUGAR DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL

“Ninguém mais discute hoje a conveniência ou inconveniência dos estudos psicológicos. Os conceitos que deles resultam são invocados e aplicados a cada momento em todos os ramos da atividade humana.”

(Olinto, 1936, p.8, grifo nosso)

Quase um século depois da criação da Liga Brasileira de Higiene Mental é possível identificar suas marcas, as quais foram e são reproduzidas na prática profissional do psicólogo. Como exemplo, podemos citar a psicometria, amplamente utilizada e valorizada em vários campos de atuação da psicologia no intuito de classificar, mensurar, selecionar aptos-inaptos, medir desempenho, produtividade; diagnosticar, dentre outras intervenções.

Em todos os cursos de graduação em psicologia, a disciplina de testes psicológicos tem caráter obrigatório. O Conselho Federal de Psicologia possui um Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI, em que consta em torno de 120 (cento e vinte) testes psicológicos aprovados para uso do psicólogo. Muitos estudos também são realizados em relação aos testes psicológicos, um exemplo é a Universidade São Francisco, no Estado de São Paulo, que possui Pós-Graduação *Stricto Sensu*, mestrado e doutorado em psicologia, na linha de pesquisa “Construção, validação e padronização de instrumentos de medida”.

O próprio senso comum muitas vezes caracteriza o psicólogo como um profissional que aplica testes. Essa visão é clara em relação aos profissionais que trabalham com a avaliação psicológica no contexto do trânsito, que atualmente compreende a aplicação de seis testes psicológicos (atenção concentrada, difusa e alternada; memória, raciocínio lógico, personalidade) e uma entrevista, sendo o resultado dessa avaliação muitas vezes respaldado apenas em percentis.

Porém, é importante relembrar que nem todos os higienistas tinham uma visão apenas quantitativa, numérica e classificatória dos testes psicológicos. Manoel Bomfim, desde aquele período atentava que era preciso contemplar o contexto e o indivíduo que está sendo avaliado, a medida por si só não era suficiente. Discurso este, que atualmente ainda precisa ser repetido e publicado em legislações que fundamentam a prática profissional, pois ainda é possível verificar profissionais que utilizam o coeficiente de inteligência para respaldar intervenções, rotulam crianças e adultos a partir de resultados quantitativos, apóiam o uso de medicação para aqueles que não apresentam um resultado satisfatório ou não esperado para a idade. Observa-se, portanto, que esses discursos representam muitos traços do ideário

higienista, ou seja, esses discursos “não envelhecem” como afirmam Boarini e Yamamoto (2004), se fazendo presente desde a formação profissional.

A LBHM deixou suas marcas não só em relação à psicometria, este movimento também trouxe outras contribuições, como exemplo, as elaborações de Manoel Bomfim sobre as funções psíquicas superiores, como o pensamento e a linguagem, num período até mesmo anterior a importantes psicólogos soviéticos. Porém, esta é outra história interessante que aponta para outras possíveis investigações.

Muitas foram as produções científicas sobre psicologia produzida pelos membros da LBHM. Olinto (1944) descreveu que: “É necessário acomodar a Psicologia brasileira dentro de algumas estantes e encomendar, desde logo, outras estantes, pois pela animação com que está sendo cultivada no Rio, em Minas e em São Paulo, brevemente teremos uma biblioteca constituída de nossas publicações nacionais.” Essa afirmação representa o valor atribuído à área do conhecimento, que, no entanto, a própria categoria dos psicólogos ainda desconhece.

Importante observar que muitas páginas desta dissertação foram ocupadas pelas contribuições, especialmente de Manoel Bomfim, que muito se dedicou a área da educação, foco deste estudo. Assim, também podemos falar de Plínio Olinto. Em relação a Maurício de Medeiros, embora tenha se dedicado como professor na Escola Normal e também na Faculdade de Medicina, suas produções exploraram de forma significativa a psicologia clínica e a psiquiatria, o que sugere outras pesquisas que levem em conta esses aspectos de sua produção que, acreditamos, muito contribuiu para a consolidação da psicologia no Brasil. Inclusive podemos citar que em 1950, junto com Nise da Silveira, Maurício de Medeiros envia um trabalho para a “Seção de Terapêutica Ocupacional” para o I Congresso Mundial de Psiquiatria (Melo, 2001).

Portanto, o resgate do período histórico em que psicologia inicia seu processo de autonomização, e a apropriação dessa história pelo profissional psicólogo permitem que o mesmo compreenda as suas práticas, seja capaz de ser crítico a elas e possa propor transformações necessárias à prática da psicologia.

Diante do exposto, fica claro que a Liga Brasileira de Higiene Mental defendeu e contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da psicologia no Brasil, e retomando a constatação de Humberto Verona (2011), sobre as lacunas ainda existentes sobre a história da psicologia no Brasil, esperamos que, através da presente pesquisa, possamos colaborar para diminuir o espaço entre essas lacunas e, também suscitar outros estudos que explorem a valorização da psicologia pela LBHM nos diversos contextos em que atuou, contribuindo para o registro da história da psicologia brasileira.

“Ontem um menino que brincava me falou
Hoje é a semente do amanhã
Para não ter medo que este tempo vai passar
Não se desespere, nem pare de sonhar
Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar
Fé na vida, fé no homem, fé no que virá
Nós podemos tudo, nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será.”

(Gonzaguinha)

REFERÊNCIAS

- A campanha... (1934). A campanha pró-higiene mental: a mais relevante de todas as obras médico sociais em nosso país. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, VII (1), p. 63-72.
- Aguiar, R.C. (2000) Prefácio. In: Bomfim, M. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Ed.Topbooks.
- Almeida Junior, A. de. A. (1926) Formação de hábitos sadios na criança. In: *Congresso Brasileiro de Hygiene*, 3, São Paulo. *Anais...* São Paulo Editora.
- ANPEPP (2012). Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia. Recuperado em 05 de março, 2013 de <http://www.xivsimposioanpepp2012.com.br/anais/sites/default/files/xivsimposioanpepp2012.pdf>
- Antipoff, H.; Rezende, N. (1934). Ortopedia Mental. In: Resenhas e Análises. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, VII(2), p. 148-150.
- Antunes, M. A. M. (2012). A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Conselho Federal de Psicologia, 44-65.
- Antunes, M. A. M. (2006). A Contemporaneidade da Obra de Manoel Bomfim (1868-1932). In: Bomfim, M. J. do. *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (2. Ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo: Conselho Federal de Psicologia.
- Antunes, M. A. M. (2004). Prefácio. In: Antunes, M. A. M. (Org.). *História da Psicologia no Brasil: primeiros ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho Federal de Psicologia.
- Antunes, M. A. M. (2001). BOMFIM, Manoel José do Bomfim (1868-1932). In: Campos, R. H. de F. (Org.). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP.
- Aquino, R. S. L. de (2007). *Sociedade brasileira. Uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Araujo, Saulo de Freitas. (2009). Wilhelm Wundt e a fundação do primeiro centro internacional de formação de psicólogos. *Temas em Psicologia*, 17(1), 09-14.
- Azevedo, F. de; et al. (2010). *Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.
- Barata, R. B. (2000). Cem anos de endemias e epidemias. *Ciência e Saúde Coletiva*. 5(2), p.333-345.
- Basbaum, L. (1976). *História Sincera da República*. São Paulo: Alfa-Omega.

- Bergo, A. C. (1983) O positivismo: caracteres e influência no Brasil. *Reflexão*. Campinas, VIII (25), p. 47-97.
- Bertolli Filho, C. (1996). *História da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Ática.
- Boarini, M. L. (2012a). Apresentação. In: Boarini, M, L. (Org.). *Higiene Mental: ideias que atravessaram o século XX*. Maringá: Eduem
- Boarini, M. L. (2012b). A infância higienizada. In: Boarini, M, L. (Org.). *Higiene Mental: ideias que atravessaram o século XX*. Maringá: Eduem
- Boarini, M. L. (2004). Higienismo e Eugenia: discursos que não envelhecem. *Psicologia Revista*, 13(1), São Paulo. Educ. p. 59-72.
- Boaventura, M.E.A. (2005) A semana de arte moderna e a crítica contemporânea: vanguarda e modernidade nas artes brasileiras. Conferência – IEL-Unicamp, p. 5-6. Disponível em: <http://www.iar.unicamp.br/dap/vanguarda/artigos.html>
- Bomfim, M. (2006) *Pensar e Dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem* (2. Ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo: Conselho Federal de Psicologia. Publicado originalmente em 1923.
- Bomfim, M (1932). Instrução popular. In: *Cultura e educação do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongetti.
- Bomfim, M. (1928). *O método dos testes: com aplicações à linguagem no ensino primário*. Rio de Janeiro.
- Bomfim, M. (1928). *Noções de Psicologia*. Rio de Janeiro. Publicado originalmente em 1916.
- Bomfim, M. (1926). *Lições de Pedagogia. Teoria e prática da educação*. 3ª edição. São Paulo: Livraria Francisco Alves. Publicado originalmente em 1915.
- Bomfim, M. (1905). *A América Latina: males de origem*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora S.A. A Noite.
- Borges, E. J. M. (2006). *A pedagogia de Manoel Bomfim: uma proposta higienista na educação*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.
- Braga, E. (1931). Os elementos psycho-sociológicos no programa de ensino. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* 4(1), p. 3-6.
- Buchalla, C. M.; Waldman, E. A.; Laurenti, R. (2003). A mortalidade por doenças infecciosas no início e no final do século XX no Município de São Paulo. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, 6(4), pp. 335-344.
- Caldas, M. (1930) A higiene mental no Brasil. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 3(3), p. 69-77.

- Caldas, M. (1932). A Eufrenia – Ciência da Boa Cerebração. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 5(2).
- Campos, R. H. F. (2013). *Alfred Binet, the scientific study of children's thinking and the reception of his work in Brazil*. Manuscrito inédito. Em breve será publicado na Itália em coletânea organizada por Glauco Ceccarelli. Belo Horizonte.
- Campos, R. H. de F. (2005). Psicologia e educação nas primeiras décadas do século XX: o diálogo com pioneiros na França e na Suíça, o olhar sobre a cultura brasileira. In: Reunião Anual da ANPED, 28. Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação.
- Campos, R. H. F.; Assis, R.M. e Lourenço, E. (2002). "Lourenço Filho, a Escola Nova e a Psicologia". In: Lourenço Filho, M. B. *Introdução ao estudo da Escola Nova: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea* 14 ed. São Paulo, Cortez.
- Campos, R. H. de F. (Org.) (2001). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP.
- Claparède, É. (1959) *A escola sob medida*. Trad. Silva, M. L. E. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. Publicado originalmente em 1920.
- Costa, J. C. de C. (2008). Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional. *Cronos*, Natal-RN, 9(2), p. 417-438.
- Costa, J. F. (1989) *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Xenon Editora.
- Couto, M. (1927). *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio.
- Decreto n°. 4.778, de 27 de dezembro de 1923. (1923, 27 de dezembro). Considera de utilidade pública a Liga Brasileira de Higiene Mental, com sede nesta Capital. Recuperado em 6 de agosto, 2013, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4778-27-dezembro-1923-568642-publicacaooriginal-91995-pl.html>.
- Facchinetti, C. (2003). Psicanálise modernista no Brasil: um recorte Histórico *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 13(1), 115-137.
- Faustino, R. C. ; Gasparin, J. L. (2001). A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. *Acta Scientiarum*, Maringá, 23(1):157-166.
- Fausto, B. (2007). *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Ferreira, L. O. (1999) Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). In: *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. V. 6, n. 2, Rio de Janeiro: jul./out., p. 331-351.
- Fontenelle, J. P. (1925). Higiene mental e educação. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*,

Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-10.

Freitas, M.A.T. de. (1933) O ensino primário no Brasil: através dos comunicados do Ministério da Educação. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo.

Freud, S. (1978). *Cinco Lições de Psicanálise (1910[1909]): A história do movimento psicanalítico: O futuro de uma ilusão: O mal-estar na civilização: Esboço de Psicanálise*. Seleção de textos de Salomão, J. Trad. Marcondes; et al. São Paulo: Abril Cultural.

Furtado, O. (2012). 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Conselho Federal de Psicologia, 66-82.

Galvão, M. A. M. (1989). Origem das políticas de saúde pública no Brasil: do Brasil colônia a 1930. Disponível em;
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/origem_politicas_saude_publica_brasil.pdf

GEPHE. (2000). Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e Eugenismo. Recuperado em 10 de julho, 2013, de <http://www.ppi.uem.br/gephe>.

Gontijo, R. (2010). *Manoel Bomfim*. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana – Recife.

Gontijo, R. (2003) Manoel Bomfim, "pensador da História" na Primeira República. *Revista Brasileira de História*. 23(45), p. 129-154.

Hobsbawm, E. (2010). *Sobre história*. Trad. Moreira, C. K. São Paulo: Companhia da Letras.

INEP (2003). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Mapa do Analfabetismo no Brasil*. Brasília. Ministério da Educação. Recuperado em 21 de novembro, 2013, de: <http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>.

Jacó-Vilela, A. M. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: Ciência e Profissão*. Conselho Federal de Psicologia, Ano 32. p. 28-43.

Jacó-Vilela, A. M. (Org.) (2011). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP.

Kehl, R. (1935). *Lições de Eugenia* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Canton & Reile.

Kehl, R. (1919). Conferência de propaganda eugênica. In: *Annaes de Eugenia*. São Paulo: Editora da Revista do Brasil. Publicado originalmente em 1917.

Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Brasília: Presidência da República. Recuperado em março de 2013, de
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=113975>

Leontiev, A (1970). *O desenvolvimento do psiquismo*. 1. ed. São Paulo: Moraes.

- Liga Brasileira de Higiene Mental - LBHM. (1933). Sessão em homenagem a memória do Professor Manoel Bomfim. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 6(2), 170- 173.
- Liga Brasileira de Higiene Mental – LBHM (1928). Estatutos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 1(1), 39- 56.
- Liga Brasileira de Higiene Mental – LBHM (1925a). Estatutos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 1(1), 223-234.
- Liga Brasileira de Higiene Mental - LBHM (1925b). Noticiário. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*. 1(1), 193-207.
- Lima Barreto, A. H. de (2000) Clara dos Anjos. In: *Virtualboocks* Literatura Brasileira. Disponível em: <<http://virtualbooks.terra.com.br>> Acesso em:
- Lopes, C. A. (1944) Introdução ao estudo da higiene mental. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, 15(1).
- Lopes, E. (1933). A alta tardia dos heredo-psicopatas por motivo de ordem eugênica. *Archivos Brasileiros de HygieneMental*. Rio de Janeiro, VI(4), p.277-289.
- Lopes, E. (1930) Trabalhos de anti-alcoolismo. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 3 (3), 106-107.
- Lopes, E. (1925a). Profilaxia mental. In: Resenhas e Análises. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 1(1).
- Lopes, E. (1925b). Os meios de ação na campanha pela higiene mental. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro, 1(2).
- Lopes, E. & Stocker, A. (1930). A higiene mental do operário. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, 3(1/9).
- Lourenço Filho, M. B. (2002) *Introdução ao estudo da Escola Nova*. 14ª ed. Rio de Janeiro: EdUERJ: Conselho Federal de Psicologia.
- Mansaneira, A. R. & Silva, L. C. da. (2000). A Influência das Idéias Higienistas no Desenvolvimento da Psicologia no Brasil. *Psicologiaem Estudo*. 5(1), p. 115-137.
- Massimi, M. (2001). A Psicologia dos Jesuítas: Uma Contribuição à História das Ideias Psicológicas. *Psicologia. Reflexão e Crítica*. Vol.14, n.3, 625-633.
- Massimi, M. (1990). *História da Psicologia Brasileira: da época colonial até 1934*. São Paulo: EPU.
- Mattos, E. (1932, 11 de maio). Inaugurou-se o instituto de Psychologia. *Jornal O Globo*. Página 2.
- Medeiros, M. (1959). *Inconsciente diabólico*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

- Medeiros, M. (1953). *No mundo do ensino*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio.
- Medeiros, M. (1952). *Aspectos da Psicologia Infantil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio.
- Medeiros, M. (1933). *Psicoterapia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- Medeiros, M (1907). *Métodos em Psicologia*. Tese de Doutorado.
- Meireles, C. (2001). *Crônicas de educação*. v.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional.
- Mendonça, D. (2006). *A higiene mental do escolar: o artil da ordem*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá Maringá, Maringá, PR, Brasil.
- Melo, W. (2001). *Nise da Silveira*. Rio de Janeiro: Imago.
- Monarcha, C. (2009). *Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920 – 1930*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Moncorvo Filho, A (1931). *Alocução por ocasião da inauguração do edifício do Instituto de Proteção a Infância do Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1929*. Rio de Janeiro: Empresa Graphica.
- Moncorvo Filho, A. (1926a). *Histórico da proteção à infância no Brasil - 1500 a 1922*. Rio de Janeiro: Departamento da Criança no Brasil.
- Moncorvo Filho, A. (1926b). Formação de hábitos sadios na criança. In: *Congresso Brasileiro de Hygiene*, 3, São Paulo. *Anais...* São Paulo Editora.
- Mota, M. A. A. da; Cunha, S. da (2007). *Psicologia e educação no movimento da escola nova: um estudo sobre as concepções de sujeito*. Jornada de HISTEDBR – História, Sociedade e Educação no Brasil. Org. Saviani, D.; Lombardi, J. C.; Brito, S. H. A. de. Campo Grande: UNIDERP.
- Nassif, L. E. (2008). *O conceito de interesse na Psicologia Funcional de Edouard Claparède: da chave biológica à interpretação interacionista da vida mental*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Netto, J. P. (2006). Relendo a teoria marxista da história. In: Saviani, D.; Lombardi, J. C.; Sanfelice, J. L. (orgs.), *História e História da Educação: o debate teórico metodológico atual*. 3ª ed. Autores Associados: HISTEDBR.
- Olinto, P. (1944). A psicologia experimental do Brasil. In: Antunes, M. A. M. (org.) (2004). *História da Psicologia no Brasil – Primeiros Ensaios*. Rio de Janeiro, UERJ.
- Olinto, P. (1941). Higiene mental e suas relações com o urbanismo. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, 13 (1).
- Olinto, P. (1936). *Psicologia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

- Olinto, P. (1934). Sentimento de inferioridade em higiene mental. Trabalhos originais. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, VII(2), p. 120-123.
- Olinto, P. (1930). *Introdução à Psiquiatria*. Rio de Janeiro: F.Briguiet & Cia
- Oliveira, M. M. (2008). *Como fazer pesquisa qualitativa* (2ª edição). Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, V. (1966). *Higiene e puericultura* (30 ed). Rio de Janeiro: Editora do Brasil.
- Paiva, V. (1987). *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola.
- Patto, M. H. S. (1987). *Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. Estudos Avançados*. Universidade de São Paulo. Instituto de Estudos Avançados. São Paulo: IEA, 1(1), 167-198.
- Patto, M. H. S. (1984). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo, T.A. Queiroz.
- Penna, A. G. (1992). *História da Psicologia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imago Ed.
- Penna, A. G. (2001). Plínio Olinto. In: Campos, R. H. de F. (Org.). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP.
- Penna, A. G., Masiero, A. L. (2001). Maurício de Medeiros. In: Campos, R. H. de F. (Org.). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP
- Pereira, T. C. R. & Marcellos, C. F. (2011) Entrevista com a Professora Ana Maria Jacó-Vilela. *Psicologia em Pesquisa*, 5(2), 179-182.
- Pessotti, I. (1975). Dados para uma história da psicologia no Brasil. *Psicologia*. São Paulo, HUCITEC, 1(1), p. 1-14.
- Pinheiral, R. (2011). Pedagogium. In: Jacó-Vilela, A. M. (Org.) (2011). *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP.
- Pinho, G. S. A.; Jacó-Vilela, A. M. (2000). A Psicologia no Brasil: Maurício de Medeiros. In: Amarante, P. (org.) *A loucura da história*. Rio de Janeiro: LAPS/ENSP.
- Priori, A.; Candeloro, V.D. (2009). A utopia de Manoel Bomfim. *Revista Espaço Acadêmico*. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, n° 96.
- Portugal, Francisco Teixeira. (2010). Psicologia e História não Pensamento de Manoel Bomfim sociais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10 (2), 596-612.
- Radecki, W. (1925) Higiene mental na criança. *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, 1(1), p. 11-89.

- Ramos, A. (1933) A técnica da psicanálise infantil. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro: 6(1), p. 195-205.
- Reis, J. C. (2006). Os Annales: a Renovação Teórico-Methodológica e “Utópica” da história pela reconstrução do tempo histórico. In: Saviani, D.; Lombardi, J. C.; Sanfelice, J. L. (orgs.), *História e História da Educação: o debate teórico metodológico atual*. 3ª ed. Autores Associados: HISTEDBR.
- Reis, J. R. F. (1997) *Higiene mental e eugenia: o projeto de ‘Regeneração Nacional’ da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas.
- Riedel, G. (1930) Impressões do 1º Congresso Internacional de Higiene Mental. *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p.195-198, 1930.
- Rocha, F. (1930). *A doutrina de Freud: resumo geral indispensável para a compreensão da psicoanálise*. São Paulo: Editora Nacional.
- Roxo, H. (1925) Hygiene mental. Trabalhos originaes. *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental*, Rio de Janeiro: Jornal do Comercio, I(2), pp. 02-09.
- Sagawa, R.Y. (1992). Redescobrir as Psicanálises. São Paulo: Lemos.
- Sevcenko, N. (1998). História da vida privada no Brasil (v. 3). São Paulo: Companhia das Letras
- Schuler, A. F. M. de; Magaldi, A. M. B. de M. (2009). Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*. 13(26), pp. 32-55.
- Silva, N. P. (2008). *A educação eugênica e as críticas de Lima Barreto: a representação dos contrários*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá Maringá, Maringá, PR, Brasil.
- Silva, J. C. (2004). Utopia positivista e instrução pública no Brasil. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, 16, p. 10 - 16
- Silva, L. C. da (2003). A contribuição da higiene mental para o desenvolvimento da Psicologia no Brasil. In: Boarini, M. L. *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenia no Brasil*. Maringá: Eduem.
- Souto Maior, L. (1993) *Introdução ao pensamento de Manoel Bomfim: o discurso da modernidade no alvorecer do século XX*. São Paulo: Instituto Mário Alves de Estudos Políticos.
- Souza, V. S. de (2006). A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Dissertação de Mestrado. Casa de Saúde Oswaldo Cruz. Fiocruz. Rio de Janeiro, Brasil.
- Verona, H. (2011). Apresentação. In: Jacó-Vilela, A. M. (Org.) *Dicionário Histórico de Instituições de Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP.

Zaniani, E. J. M. (2008). *Sob os auspícios da proteção: Moncorvo Filho e a Higienização da Infância*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

Zazzo, R. (2010). *Alfred Binet*. Almeida, C. S. D. (trad. e org.). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana.

Wanderbroock Júnior, D. (2009). *A Educação Sob Medida: os testes psicológicos e o higienismo no Brasil (1914-45)*. Maringá: Eduem.